

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

BARBOSA, Vanda Maria Menezes. Vanda Maria Menezes Barbosa (depoimento, 2005). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (2h 35min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre SOUTH EXCHANGE PROGRAMME FOR RESEARCH ON THE HISTORY OF DEVELOPMENT (SEPHIS) . É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Vanda Maria Menezes Barbosa
(depoimento, 2005)**

Rio de Janeiro

2020

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: História de vida

Entrevistador(es): Amilcar Araujo Pereira; Verena Alberti;

Levantamento de dados: Amilcar Araujo Pereira;

Pesquisa e elaboração do roteiro: Amilcar Araujo Pereira; Verena Alberti;

Técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes; Marco Dreer Buarque;

Local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil;

Data: 28/10/2005

Duração: 2h 35min

Arquivo digital - vídeo: 3; Fita cassete: 3; MiniDV: 3;

Entrevista realizada no contexto do projeto "História do Movimento Negro no Brasil", desenvolvido pelo CPDOC em convênio com o South-South Exchange Programme for Research on the History of Development (Sephis), sediado na Holanda, a partir de setembro de 2003. A pesquisa tem como objetivo a constituição de um acervo de entrevistas com os principais líderes do movimento negro brasileiro. Em 2004 passou a integrar o projeto "Direitos e cidadania", apoiado pelo Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (Pronex) do Ministério da Ciência e Tecnologia. As entrevistas subsidiaram a elaboração do livro "Histórias do movimento negro no Brasil - depoimentos ao CPDOC." Verena Alberti e Amilcar Araujo Pereira (orgs.). Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007. A escolha da entrevistada se justificou por ser militante do movimento negro, desde o final da década de 1970, e possuir destacado papel na construção do movimento, em Alagoas, e na região Nordeste.

Temas: Atividade profissional; Educação; Família; Feminismo; Formação escolar; Governo Fernando Collor (1990-1992); Infância; Maceió; Militância política; Movimento estudantil; Movimento negro; Polícia; Política sanitária; Psicologia; Saúde pública;

Sumário

Entrevista: 28.10.2005 Origens familiares; infância em Maceió; memórias familiares; trajetória escolar; o vírus HTLV; o curso de Psicologia; o ingresso à Academia da Polícia; o trabalho no presídio; os primeiros contatos com o Movimento Negro; a fundação da Associação Cultural Zumbi; o contato com outros ativistas; as atividades da Associação; as atividades na educação; a constituição do Memorial Zumbi; o tombamento da Serra da Barriga; a fundação do Movimento Negro Unificado (MNU); os encontros nacionais; a expansão da articulação; as dificuldades da expansão; as influências norte americanas; o trabalho na Delegacia da Mulher; o trabalho na Delegacia de Menores como psicóloga; o trabalho no Conselho da Mulher no Governo Collor; a atuação como presidente de um Sindicato de Polícia Civil; o envolvimento com o movimento feminista; o trabalho com prevenção de DST-AIDS; a atuação no Comitê de Saúde da Mulher; o trabalho na Secretária da Mulher; a criação do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher (CEDIM); os debates sobre o Feminismo Negro; o trabalho na perícia; o congresso de Durban; o Movimento Negro atualmente; a questão de formação de quadros na militância; as opiniões sobre a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir); as ações afirmativas; a trajetória do Movimento Negro; conclusões e agradecimentos.

Entrevista: 28.10.2005

V.A. – A gente queria saber da sua trajetória dentro do movimento negro, mas, para isso a gente gostaria de começar do começo da sua vida, para entender como foram as suas opções. Você poderia não ter entrado no movimento negro... Onde você nasceu, quando? A gente gostaria de começar do começo mesmo

V.B. – Eu nasci em 12 de março de 1960. Em uma belo dia de sábado, à tarde, em Maceió. Nasci em casa, não foi na maternidade. Sou filha caçula de cinco filhos – quatro homens e eu. Filha de um homem negro e uma mulher branca. Meu pai eras filho de negros alforriados, nasceu em 1896, criou-se no engenho, aprendeu a ler porque cuidava do banho das filhas da dona da casa grande, que alfabetizaram ele. Mas era na verdade um autodidata, meu pai. Era da Marinha Mercante. Eu nasci em um bairro chamado Poço, que é um dos bairros negros tradicionais de Maceió e, aos três anos e meio, nos mudamos para a Pajuçara. Minha infância toda foi na praia de Pajuçara, fiquei lá até meus vinte anos. Minha mãe, branca descendente de português. Minha avó tinha ascendência indígena e branca também.

V.A. – A mãe da sua mãe?

V.B. – A mãe da minha mãe. Nossa família era um matriarcado, a família da minha mãe era de matriarcado.

V.A. – Qual o nome do pai e da mãe?

V.B. – Meu pai era Martiniano Barbosa dos Santos. E Maria Augusta Menezes Barbosa. Tanto a família da minha mãe como a do meu pai era de matriarcado. Quem cuidou de pai na morte, muito cedo, dos pais dele foi uma irmã chamada Virgínia. E minha avó era de uma família também de matriarcado. E essa coisa continua até hoje – hoje eu assumo a família. É muito interessante isso. Quando eu conto a história é que eu lembro que sou de uma família de matriarcado.

V.A. – Esse engenho era em Maceió mesmo ou não?

V.B. – Não. São Luis do Quitunde. Meu pai nasceu em São Luis do Quitunde. Nos anos 80 é que eu descobro que meu pai era muito diferente, a característica dele não era semelhante à dos negros de Alagoas. Todo mundo acha que eu não sou de Alagoas, que eu sou de Salvador. Então eu comecei a... “Então, eu não sou banto.” A gente vai procurar saber. E Moacir Santana, que é um historiador muito interessado na cultura negra, eu pedi para ele ver como meu pai nasceu ali. E ele descobre que, quando acabou o tráfico negreiro, onde dava para aportar, jogavam-se os negros. E muitos sudaneses ali se aportaram. Em Porto Calvo, que é a terra de Calabar e São Luis do Quitunde, que é litoral. Litoral Norte. E meu pai vinha dessa... Meu pai era muito alto, muito forte: se olhasse, você dizia que ele era baiano. Traços finos, nariz muito fino, lábios muito finos. Minha mãe tem o lábio mais carnudo do que ele. Então era assim, um negro afilado, que chamam. E eu aprendi a negritude com meu pai. Nós éramos ricos até os meus dez anos, porque ele trabalhava na Marinha Mercante e ganhava muito bem. Nós éramos os ricos da rua. Todo mundo esperava meu pai chegar, porque ele guardava – durante os três, quatro meses que ele passava fora – muita comida: latas de biscoito, muita manteiga, muito leite condensado, muito charque. Minha avó criava os patos com charque. Eu passava na cumeeira e cortava salame italiano. Era natural isso na minha casa. Então, quando ele chegava, a rua inteira se abastecia. Porque leite condensado, só se fazia pudim. [riso] Não se fazia mais nada, ainda. Era muito interessante isso. Mas ele sempre foi muito altivo.

Eu me lembro que a primeira vez que eu devo ter sofrido discriminação porque era negra foi aos seis anos de idade, na escola. Uma menina, também negra – na minha terra chama saruaba: clara, cabelo como o seu, mais carapinhado, meio avermelhado. Ela me bateu muito. Eu não me lembro hoje porquê. E eu era muito grande, sempre fui muito grande para a idade. Cheguei em casa, ele estava de férias, me esperava na porta, e eu cheguei chorando. Ele perguntou o que era – me chamava de escurinha: “O que a minha escurinha tem?” Eu disse para ele o que foi. “Mas por que ela bateu?” Eu dizia porquê. Ela era a

liderança da turma. Ele disse para mim: “Olhe, se eu bater nessa menina, o pai dela vai vir aqui bater em mim. Então vai ser um problema. Ela passa aqui na porta para ir para casa?” Eu caí na besteira de dizer a ele que passava. “Então você volta, bate nela para ela passar aqui chorando.” Era assim, uns três quarteirões a rua... Mas meu pai mandou, e ele era o meu ídolo – eu olhava para cima para olhar para ele. Eu joguei a bolsa na mão dele e voltei. E ela lá estava, ainda se vangloriando porque tinha me batido. Quando ela me viu, disse: “Você está fazendo o que aqui?” Eu disse: “Eu vim lhe bater, que meu pai mandou!” Bati. E quando me lembrava que ela tinha que passar chorando na porta, eu batia mais. Foi ali que eu percebi quanta força eu tinha. Eu bati muito, muito, muito. Peguei nos cabelos dela... E quando ela passou chorando, ele perguntou a ela. Aí disse: “Você não vai entender hoje, mas isso é para você aprender, quando você crescer, que onde a gente encontra, a gente deixa. Você não procura, mas se você achar, não recuse. Abacaxi se descasca.” Eu não entendi nada. Mas a partir dali eu não apanhei mais de ninguém. E ele me ensinava por que meu cabelo era encarapinhado, por que minha pele era negra, preta. Ele contava as histórias do continente africano. Mas ele também dizia que eu baixasse a cabeça para ninguém. Que só podia respeitar quem me respeitasse – podia ser velho, criança... Não respeitou, não tem porque respeitar. Então, era muito interessante. Eu entro no movimento negro...

V.A. – Como ele sabia das histórias da África?

V.B. – Por conta dos pais dele. Ele era filho de escravo alforriado, da Lei do Ventre Livre. Ele tinha mania de nos reunir para contar história, depois do jantar. E ele contava histórias interessantes do povo negro...

V.A. – Quais histórias ele contava?

V.B. – De como nós lutamos, como nós chegamos. Que não era bem como se dizia. Existia a constituição familiar dentro do povo negro, a família negra.

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

V.A. – Então você estava falando de como o seu pai contava as histórias da África.

V.B. – É, não era da África, era da vida dele aqui. E, claro que ele se reportava a uma terra de onde nós viemos. Ele não falava “o continente africano” com essas palavras, com essa fala. Mas ele contava muito de como era no engenho, como era a família de que ele fazia parte. Mas também a família de brancos em que ele estava e a relação... Meu pai, era muito interessante como ele tinha a coisa da independência, da não-subserviência. Meu pai foi para a guerra. Ele estava no navio quando estourou a guerra de 45. E ele foi dado como morto. Nessa época ele namorava a minha mãe. E, um ano depois, meu pai surge. Lá em casa onde ele passou esse um ano. Hoje, eu fico imaginando. Ele morreu quando eu era pequena. A gente conversava, eu e minha mãe, meu pai era muito avançado, muito ousado para a época. Eu me lembro que ele não permitia que a gente passasse na porta daquele quartel. Ele atravessava a rua. Tinha repulsa pelo Exército. Meus irmãos, nenhum serviu ao Exército. Ele deu um jeito de nenhum servir. Ele dizia que não queria os filhos dele limpando o banheiro daqueles homens. Então, eu imagino que ele foi torturado. Porque ele foi dado como morto, depois volta em 46, final de 46. Porque, no mínimo, ele não aceitava... Ele nunca foi buscar a medalha de ex-combatente, o diploma de ex-combatente... Ele nunca desfilou. Ele nunca deixou a gente andar de avião, por exemplo. Que nós tínhamos direito; temos até hoje. Aquela coisa do militar... Como ele não era militar – ele era civil, mas era da Marinha Mercante, não era da Marinha de guerra –, ele dizia: “Eu não tinha que servir à guerra. Eu não pedi, não me alistei.” Então era uma coisa de muita... Ele lutava muito pela justiça. Então, imagina um homem negro, em 45, discutindo dentro do navio. Eu acho, ele nunca contou. Ele só não deixava... Se ele fosse vivo, eu ia ser deserdada, quando eu entrei na polícia. Porque na família dele não ia existir policial.

V.A. – Você entrou na polícia?

V.B. – Eu entrei, aos dezoito anos.

V.A. – Vamos chegar lá.

V.B. – Não passava na porta do quartel, ele atravessava a rua comigo. Ninguém passava. E ele também não queria que a gente fosse para o navio. Ele dizia que era muito belo o navio, a gente podia se seduzir pela beleza, mas que não era uma vida que ele queria para os filhos dele. Trabalhou a vida inteira. Se aposentou pelo Rio, que ele entrou na Marinha pelo Rio de Janeiro, e aposentou-se aqui em 67. E, nos anos 70, ele morre. Em 1970, ele morre, aos 74 anos. Então, a gente aprendeu isso. Na minha casa era muito normal essa coisa de você ser negro, não se incomodar porque alguém chame, muito pelo contrário. Essa coisa de morena, ninguém aceita na minha casa. Eu não sou morena, sou negra. Muito da coisa de não ter vergonha da pele... Porque a gente sabia da nossa trajetória, da nossa origem, que nos orgulhava. Não envergonhava.

V.A. – Já quando pequena, já falava-se que era negro, não podia chamar de moreno?

V.B. – Ele dizia: “Moreno é seu passado. Eu sou negro.” [risos] Brincava, dizendo isso. “E negro retinto.”

A.P. – Ele usava a expressão *negro*.

V.B. – É. Porque ele era negro retinto. Preto, brilhava.

V.A. – Mas chamava você de escurinha?

V.B. – Era, eu era a escurinha dele. Mas todo mundo sabia em casa – eu tenho um irmão da cor dele – todo mundo sabia que era negro. Como minha sobrinha sabe que é negra saruabinha. Quando vai para praia, o cabelo fica louro[?]. Mas ela é negra, ela sabe disso.

V.A. – E as histórias do engenho? O que ele contava das relações...

V.B. – Ele contava muito de como existia muito afeto por ele. Pelo que ele contava. E as filhas do senhor foram quem ensinou ele a ler. Ele ia para o rio... Mas era como se fosse

uma coisa escondida. Era na hora do banho, que ele ficava tomando conta delas. E era elas, não havia eles. Os amigos dele que eram outros meninos negros. Mas era, se não me engano, três meninas que ele ia cuidar quando tomavam banho no rio. Ele, como tinha muita vontade de aprender a ler, aprendeu com elas. Mas não existia mais a coisa da escravidão, no sentido... Ele morava dentro da casa grande, não morava separado. E era as irmãs que cuidavam dele. Depois essa família... Não posso te dizer com certeza, mas a Virgínia, que cuidou dele, tinha uma casa. Era proprietária de uma casa, imagino eu, dada pelo senhor dos.. que não eram mais escravos. Pelo patrão.

V.A. – Pelo proprietário.

V.B. – Então, era muito interessante quando a gente ouvia isso. Eu me lembro, pequena, que ouvia essas conversas.

V.A. – Você disse que nasceu em Poço. Aí foi morar em Pajuçara...

V.B. – Isso. Fiz quatro anos na Pajuçara. Saí aos vinte.

V.A. – E vocês saíram de Poço para Pajuçara por quê?

V.B. – Mudamos. A gente não tinha casa, era alugada. A gente saiu de lá por sair. Minha mãe viveu vinte e tantos anos na mesma rua, no Poço. Vinte e cinco anos. E depois nós mudamos para Pajuçara, mas não sei porquê.

A.P. – Começa a estudar em Pajuçara?

V.B. – Na mesma rua... Primeiro me alfabetizei em uma casa – antigamente tinha muito isso. A minha primeira professora foi Adete, que me ensinou. E eu sou canhota, apanhei muito na mão, para aprender a escrever com a mão direita. Um horror. Também só faço escrever; não faço mais nada com a mão direita. E, claro, não fiquei gaga, mas subo em

uma folha sem pauta. É um defeito que ficou da violência. Eu me lembro que ficava muito de castigo em cima do milho, para ter que escrever com a mão direita. Porque, quando ela virava, eu... E já ela percebia. Até hoje escrevo com a mão esquerda. Lá em casa, minha mãe era canhota, meu irmão é canhoto, eu sou canhota, meu sobrinho é canhoto. Não tinha como escrever... Mas aprendi com a mão direita. E, de lá, eu vou para esse grupo, Janele Caldas, era um grupo de ordem espírita.

V.A. – Ah, não era grupo escolar?

V.B. – Escolar, mas era espírita a religião.

V.A. – Não era do Estado, então.

V.B. – Não. Era como um... Não sei se era do Estado, mas acho que não. Não tenho certeza disso, eu era muito pequena. Era na minha mesma rua. Depois eu fui para um grupo Educandário da Virgem Poderosa, que era de freiras. No segundo ano, eu venho para o Imaculada Conceição, que era mais perto de casa. E foi ali que eu acho que houve realmente a primeira discriminação. Eu descobri só depois, quando eu entrei no movimento. Em uma rodada, perguntando qual foi a sua primeira discriminação, eu fui lembrar que, com oito anos, eu jogava queimado... Não sei se você sabe o que é queimado. É um jogo que tem os mortos, a gente mata, tem os que matam a gente... E eu era muito boa em queimado. Eu e Celina, uma menina da minha turma. E a minha professora de Matemática, Teresa Lima, tinha muita admiração por mim, porque eu era muito boa em Matemática. Eu perturbava a sala porque eu sabia mais que todo mundo. E ela começou a prestar atenção, que eu sabia mais que todo mundo em todas as matérias. E, claro que, como eu sabia, eu só ficava perturbando o povo. Eu aprendia antes. E ela fez uma coisa chamada Q.I., que eu não sabia o que era. Era para lá de não sei quanto. E ela chama a madre superiora para ver eu jogando queimado, porque ela quer que eu vá para a seleção do colégio. E a madre... Não me esqueço, era quase meio dia – minha mãe alisava meu cabelo – o meu cabelo estava como quem viu alma [riso], todo para cima, eu suada.

Ela me chama e diz à mãe que eu sou muito boa aluna e que ela ficava lá de cima me olhando, que eu sou boa no queimado e que tinha que pensar em me colocar na seleção. A mãe tinha uns olhos de [inaudível] azul. Branca! E ela me olhou! Eu nunca esqueci daquele olhar. “Claro que não vai!” E eu nunca fui chamada. E depois, com o tempo, eu fui entender porque a Teresa chama a minha mãe – eu fazia terceiro ano primário – e disse: “A senhora põe ela para estudar um mês, principalmente Matemática do quarto ano, e põe ela no admissão.” A minha mãe: “Mas como? Tem o quarto e quinto anos, ela está no terceiro. Como é que vou pô-la no admissão?” “Faça o que estou dizendo, arranje uma professora particular.” E a minha vizinha era professora, Ana. E assim minha mãe fez e eu passei no admissão direto. Passei do meu irmão, que fazia quinto ano. Então, aos nove anos eu estava na primeira série do Ginásio. E ela foi dizer isso à mãe. Como quem diz: “Você não acreditou, mas ela passou. Ela pulou o quarto e o quinto ano. Então, ela é muito boa.” Hoje, a gente se encontra, ela diz que tinha certeza de que ia dar um boa cria. Ela tem muito orgulho de mim. Aí eu fui para o Benedito Moraes, porque na época escola pública era muito boa.

V.A. – Essas outras eram particulares?

V.B. – Eram.

V.A. – A Imaculada Conceição, esse Educandário da Virgem Poderosa...

V.B. – Não sei se era. Mas se pagava alguma coisa. O Imaculada com certeza era. Mas tinha uma parte que não pagava. Tinha uma ala que não pagava. Era nessa que eu estava, que inclusive era separada. Meu pai morre exatamente na época. Eu estava na escola quando vieram me dizer que ele estava morrendo.

V.A. – Ele morreu de quê?

V.B. – No final disseram que era coração. Mas foi muita coisa junta. Meu pai era cabofuguista. Ele tinha mania de tomar purgante quando estava de férias. E ele botava

nas fezes o pó do carvão. E ele começou a sentir uma dor na barriga, ele dizia que tinha uma coisa que mexia, como se tivesse comendo. Uma coisa muito estranha. Ele começou a perder a força dos braços – chegou ao ponto de ele não pegar nesse copo – e a emagrecer muito rapidamente. Ele era um homem muito forte. Para você ter uma ideia, o meu travesseiro era o braço dele – eu dormia aqui. Quando ele fazia assim, parecia que lutava boxe. E eu descobro, agora, em 96... A minha mãe começa também com as pernas, sem poder andar, de forma muito lenta. Em 1996, eu estava em um trabalho de AIDS e fui para um simpósio onde se falou de um vírus chamado HTLV. E o médico dizia tudo que a minha mãe tinha. Quando acabou, eu chamei ele, minha mãe cuidou. E minha mãe tinha HTLV. Que é um vírus parecidíssimo com o HIV, mas que é de prevalência no povo negro. Muito pouco conhecido, porque de cem pessoas, oito adoecem. Todos têm vírus, mas não tem...E a mielopatia espástica é uma das que mais acometem essas pessoas, que é o que a minha mãe tinha. Minha mãe deu sangue para o meu terceiro irmão; meu irmão tem isso. Quer dizer, lá em casa, três. É um absurdo, não é? E a gente chega à conclusão nos estudos – com esse companheiro de trabalho meu, médico – que o meu pai, a [perda de] força nos braços era por conta do HTLV. A gente descobre, vinte e tantos anos depois que ele deve ter transmitido para a minha mãe, porque é uma doença sexualmente transmissível. Para heterossexuais, principalmente. E pelo sangue. E meu irmão está andando com dificuldade, já. Não existe cura. Existe tratamento, mas tratamento de experimentos. Ele está fazendo. E meu pai morre três anos depois que se aposenta. Tem a coisa também da síndrome de não fazer nada. Em 70, a gente fica pobre, pobre, pobre. Aí, eu vou para o SENAC aprender manicure, pedicure, vitrinismo... Tudo que tinha naquele SENAC, eu aprendi a fazer. Porque minha mãe vai para uma máquina, costurar. Ela costurava para a gente e foi costurar para fora para poder nos manter.

A.P. – A aposentadoria dele não dava para...

V.B. – Por conta de ele nunca ter ido buscar aquele diploma de ex-combatente, aquela medalha. A gente não conseguiu provar que ele tinha direito a receber como ex-combatente. Então, minha mãe ficou recebendo por mais de dez anos uma aposentadoria

do INPS, irrisória para o que ele ganhava. Depois que eu fiquei moça, que entendi das coisas, eu vim para o Rio de Janeiro e provei, por A mais B, que ele tinha direito. E a minha mãe começa a receber essa pensão em 1981. Em 1985, a outra pensão, de ex-combatente. Foi quando as coisas melhoraram.

V.A. – Essa de 1981 foi qual?

V.B. – Era uma do Ministério dos Transportes. Porque minha mãe não tinha que receber dinheiro do INPS. Ela tinha que receber a pensão do Ministério dos Transportes, porque era a aposentadoria dele. Quando a gente conseguiu provar isso... Um dia, meu irmão, em uma fila, encontra uma pessoa que fala sobre isso: é como se eles tivessem cortado no meio a aposentadoria e dado a pensão para ela do meio. Quando ela tinha direito ao INPS e ao outro pedaço. Porque ele tinha morrido do coração. E tinha uma cláusula que dizia que, quem morria do coração, de AVC, não sei o que, a viúva tinha direito aos 100%. Foi quando ele entrou – esse terceiro – na justiça, de alguma forma lá que eu não acompanhei, e minha mãe começa a receber. Aí o INPS se indexa a essa pensão. Ficou um tempo INPS e o Ministério e depois o Ministério resolveu isso: incorporou, tirou do INPS e colocou lá. Em 1984, 85, eu vim muito para o Rio. Eu vinha para o Rio com o dinheiro da passagem e ficava na casa de uma amiga minha. Porque não tem como. Todo mundo que... Os barqueiros têm direito à pensão de segundo sargento e minha mãe ano tem, passando necessidade... Aí vim para cá – como ele aposentou aqui –, trouxe tudo. Ele tinha devoção com Nossa Senhora da Conceição. E o povo na minha terra diz que quem tem essa devoção sabe o dia que morre. Se sabe ou não, no dia em que ele morreu, de manhã, ele chamou minha mãe e disse: “Deixa eu lhe contar como são as coisas. Aqui tem um seguro, você vai ter de ir para o Rio. Esse seguro vai lhe manter por um tempo. Aqui estão todos os documentos da Marinha.” Declarações de Capitão-de-Fragata, dizendo que ele estava sob mira dos submarinos na guerra, aquela coisa toda... Ele nunca quis sair do Brasil. Ele nunca viajou por mares que não brasileiros, porque ele era muito nacionalista. Ele não queria ir. Por isso, perdeu muita grana – os amigos iam e ganharam muito bem. Ele deu toda a pastinha. E a mãe dizia: “E eu quero saber disso?!” “Mas é

porque hoje eu vou morrer. Então eu preciso te dizer tudo para você não ter problema.” E assim aconteceu. Coincidência ou não, à tarde ele morre. E a minha mãe veio para o Rio, recebeu o tal seguro que ele tinha feito desde que trabalhava. Mas não consegue... A Marinha foi lá em casa – eu me lembro disso, aquele [?] da Marinha –, deu entrada nessa pensão, mas não conseguiam provar. Até que um senhor chamado Almeida, que já deve ter morrido e era um civil da Marinha, me disse um dia – como eu acompanhava muito minha mãe: “Você vá para o Rio de Janeiro. Porque o seu pai tinha direito. Sua mãe tem, não é justo que ela passe necessidades.” E assim eu fiz. Ele me orientou e eu vim embora. Acho que passei um ano e meio, dois anos... Estava na faculdade, me lembro, nas férias eu vinha. E a gente conseguiu provar. Aí a minha mãe recebeu cinco anos atrasados – sem juros, sem correção, não é – e começou a ter um salário digno. Hoje, o meu irmão, por conta de ter o tal do HTLV, recebe a metade dessa pensão. A outra é minha, que eu não consegui ainda provar... Quer dizer, não tive tempo de ir lá buscar, que é minha. Porque os ex-combatentes, antes da constituição... Se ele tivesse morrido depois, não, mas como foi antes, eu tenho direito porque sou filha. Mesmo sendo funcionária pública. E o Rio de Janeiro disse que não. Eu estou entrando com um advogado na Marinha, em Brasília, porque eu não vou deixar para a Nação o que meu pai trabalhou. Pronto.

V.A. – Quer dizer, ele nunca foi para o estrangeiro, mas e o salames italianos vinham de onde?

V.B. – Da Zona Franca de Manaus. Ele comprava em Manaus, comprava no Rio Grande do Sul. Ele adorava o Rio Grande do Sul, queria morar lá. Muito engraçado, alugou casa, comprou casa, minha mãe que nunca foi por causa do frio. Ontem eu estava dizendo que eu achei ótimo não terem ido. [risos] Ele comprava por aqui as coisas. Ele comprava muito... Ele fazia muito contrabando, viu? Hoje é que eu sei. Ele vendia muita arma, vendia muito perfume francês. Hoje eu sei porque eu adoro perfume francês; a minha infância inteira eu só usava perfume francês. [risos] Extratos...

V.B. – A relação dele era com a nata da sociedade, em Maceió. A minha casa era freqüentada pelos juizes, desembargadores. E eu ficava pensando, depois que eu cresci: “Como?” Ele não tinha o primário. Ele só aprendeu a ler e pronto. Ele só lia o *Diário de Pernambuco*. Ele não lia nenhum jornal lá da terra, porque ele dizia que não tinha nada. O jornaleiro levava lá para casa o Diário de Pernambuco e um daqui do Sul – não sei qual –, que era um jornal grosso, que ele lia todos os dias. Ele comia aquele jornal. A minha mãe também não sabia dizer, porque quando o conheceu, ele já tinha essa relação com essas pessoas. Ele tinha uma relação muito forte com o poder. Tinha muitas farras na minha casa, muitos almoços, muitos jantares com aqueles homens que, na época, tinham carro. Aquelles carros pretos, bonitos. A minha porta ficava lotada daqueles carros. E eu me lembro. E eu me lembro que eram desembargadores, porque assim eram chamados. Juizes... Mas a minha mãe diz que conheceu ele assim, tendo essa relação com esse povo. Que, na verdade, não era para ter, pela condição dele. Mesmo tendo uma vida equilibrada, ganhando bem e tudo. Mas a gente não morava em uma mansão. A gente morava em uma casa razoável, boa, bangalôs, como chamavam na época. Eu tive babá, todo mundo na minha casa... Eu e meu irmão mais novo fomos quem mais se leiou nessa história. Todo mundo teve babá, meu irmão mais velho foi estudar em um colégio interno. Era tudo muito chique. Porque ele ganhava muito bem. Além de tudo ainda fazia essa coisa de trazer essas... Meu irmão vendia... Ele conta que era comerciante desde pequeno. Aí eu descubro porque é que eu sou muambeira, porque eu gosto de vender coisa. Todo mundo lá em casa vendia. O meu Dedé, que era segundo marido de minha avó, tinha banca no mercado. Então, todo mundo vendia. A gente tem a mania do vender. E toda a família da minha mãe, avó era de doceiras, que faziam doces e vendiam. Então, é muito interessante, quando a gente vai contando a história, porque a gente tem tendência: eu adoro fazer doce, adoro fazer bolo, torta. Deve ser dessa coisa de tradição.

V.A. – Mas aí você vai para o outro colégio...

A.P. – Benedito Moraes.

V.B. – Benedito Morais. Só saio para prestar vestibular. Faço ginásio, segundo grau...

V.A. – Isso ainda em Pajuçara.

V.B. – Pajuçara. Também no corredor da minha rua. Pronto. Terminei o segundo grau e meu irmão, que na época era quem sustentava a família, diz que quer que eu seja médica. E eu não queria. Tenho tendência nenhuma para ser médica. Aí ele não pagou o meu cursinho, só pagava se fosse para fazer Medicina. Aí eu fiz uma banca com os meninos, na rua. Ensinava de tarde. De manhã eu estudava, de tarde eu fazia a banca. Aí juntei o dinheiro, fiz vestibular para Psicologia, passei. Entrei em Psicologia aos dezoito anos, dezessete anos e meio.

V.A. – O que é uma banca?

V.B. – De tarde, ensinar os meninos. Eles não vão para a escola?

V.A. – Aula particular?

V.B. – Aula particular. Lá chama-se banca.

V.A. – Aí, com o dinheiro da aula particular pagava o cursinho.

V.B. – Não. Não fiz cursinho. Eu fiz três meses, mas pago pelo meu irmão. Eu o convenci que eu precisava do cursinho para entender como seria aquele vestibular.

V.A. – E por que escolheu Psicologia?

V.B. – Eu descobri no segundo ano do segundo grau, do Científico, que eu não queria ser engenheira. Eu descobri porque eu queria ser engenheira. Porque aquela minha primeira professora, a Dete, tinha uma irmã chamada Zete, que toda vez que eu entrava na casa, ela dizia: “A minha engenheira chegou.” E eu fiquei com isso na cabeça, porque eu era boa em Matemática. A vida inteira eu dizia que queria ser engenheira. Até que um dia,

tem uma aula onde todo mundo traz as profissões. Antigamente tinha isso, você está no fim curso aí trazem... Medicina, eu disse: “Eu não quero isso.” Quando trouxe Engenharia, eu disse: “Mas isso não nada a ver comigo!” [riso] E eu fui descobrir que era a Zete que queria, não era eu. Aí foi Psicologia para lá. E a psicóloga dizia que a Psicologia era uma profissão do futuro, que se a gente fosse fazer não ia ganhar dinheiro nenhum. E ela estava certa. Mas eu me apaixonei. Aí fiz Psicologia. Não tinha na universidade federal, eu fiz a Católica. No dia em que eu passei, não tinha dinheiro para ir para o trote, ninguém foi para o trote. E tem uma semana para se matricular. Passei domingo, sexta-feira à tarde não tinha dinheiro para eu me inscrever – ia perder o curso. Aí fui para a rua procurar saber... Disse: “Quem é que vai pagar isso?” Acho que eu passei umas três vezes por um bar muito famoso lá do centro, chamado Bar do Chopp. Tinha um companheiro meu, negro. E ele disse que me viu passar tão desnorçada que, na terceira vez, ele me parou: “O que é que você tem?” Eu disse: “É porque vai dar cinco horas. E até cinco e meia, se eu não tiver – nem me lembro quanto era, mas era uma exorbitância – eu vou perder meu curso. Eu me lasquei, estudei três semanas, com um grupo de meninas da rua, passei e não tenho dinheiro para me inscrever. Se eu perder a matrícula, eu perco o curso.” Aí ele disse: “Espera aí, deixa eu tomar o meu chopp.” Terminou o chopp dele, entrou em uma caderneta de poupança da época, chamada Apeal, tirou o dinheiro, pegou um táxi comigo e me inscreveu. Herculano.

V.A. – Como chamava a caderneta de poupança?

V.B. – Apeal. Na Rua Boa Vista. [silêncio] [emoção]

V.A. – Ele já se foi?

V.B. – Não. Continua companheiro.

V.A. – Terminou o chopp... Falou: “Primeiro, vou terminar meu chopp aqui...”

V.B. – [risos] Foi. Ele fez Educação Física. É companheiro até hoje. E quando eu terminei o curso, ele foi a todas as solenidades, da igreja até a colação de grau. Acompanhou o tempo inteiro...

V.A. – Mas tinha mensalidade para pagar. Quem pagava a mensalidade?

V.B. – Sim. Aí é outra história. [riso] Nessa mesma época... Eu entro na universidade, em julho de 1978 e entro para fazer o tal do Crédito Educativo. Me inscrevo no Crédito... Acho que perdi o primeiro ano. Nem lembro... Sei que eu consegui o Crédito Educativo. Mas eu tenho uma colega, já na universidade, em 1979, que me põe no Projeto Rondon. O governo entrou e queria saber quantos funcionários públicos existiam no estado. E ela me diz: “Vânia, vamos, eu botei seu nome...” E eu vou. Claudicéia, também negra. Ela já foi. Morreu aqui no Rio. Aí eu entrei nesse negócio, fui aprovada e foi uma coisa muito interessante porque a gente trabalhou muito, ganhou muito dinheiro. E, junto com ela... Sai o concurso para a Polícia Civil. Eu não tinha alternativa, precisava pagar a escola. Ela disse: “Vamos fazer?” Eu digo: “Bora! Vamos estudar.” Eram 272 mulheres para catorze vagas. A gente estudou duas semanas e eu passei. Fui para a Academia de Polícia e era muito complicado fazer Academia e estudar, porque a Academia era o dia inteiro. Eu tentei de tudo, não me liberaram. A princípio, eu fechei a faculdade. Um mês depois de fechar a faculdade eu consigo convencer o diretor da Academia – que até hoje é meu amigo – que eu tinha que estudar, não podia... Ele tinha que me dar... Eu tinha o direito de fazer Academia e fazer faculdade. Eu não sei se fui a única que consegui voltar no mesmo período. Eu fechei, voltei e não perdi nenhum período.

Quando eu saio da universidade, em 1983, já estou na Polícia. Para conciliar a universidade com a Polícia – porque eu fui para o presídio – no final do meu curso eu tinha que passar o final de semana no presídio. Eu entrava sexta e saía segunda. Porque já tinha estágio... Não tinha como eu trabalhar durante a semana. Então eu acordei com a minha chefe que eu não trabalhava durante a semana, porque eu só podia chegar às dez da noite no presídio – muitas vezes cheguei às dez, onze da noite no presídio...

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

V.A. – Você estava fazendo plantão nos fins de semana.

V.B. – Entrava no presídio sexta e saía segunda. Até terminar o curso.

V.A. – E o que você fazia na Academia de Polícia e depois no presídio? Qual era o seu trabalho?

V.B. – Na Academia eu aprendi a ser polícia.

V.A. – É um curso.

V.B. – Um curso de capacitação. Seis meses. Aprender de Direito Processual Penal até tiro. Aí você é distribuída. E eu fui para o presídio. Não deveria, porque eu era agente de polícia. Mas não tinha quem fosse para o presídio, então as mulheres é que iam.

V.A. – Não entendi. Agente de polícia não vai para o presídio?

V.B. – Não, só agente penitenciário que vai para o presídio. Mas lá não havia agente penitenciário. Então, tanto os homens como as mulheres, agentes de polícia, iam.

V.A. – E fazia o quê?

V.B. – Tomava conta das presas. Cuidar mesmo, ficar tomando conta do presídio. Eu passei oito anos trabalhando no presídio. Eu fui expulsa do presídio porque eu ensinava para as presas o que era ser negra, direitos da mulher... Um dia, uma presa queria sair para receber o dinheiro da pensão dela e a diretora não deixava, não deixava... Aí ela disse que a diretora era racista. “Onde aprendeu isso?” “Com a Vanda.” Eu estava de

folga; quando eu ia voltar... [incompreensível] disse: “Nem venha, porque você já foi posta para fora.”

A.P. – Então, Vanda, em relação a isso eu queria te fazer uma pergunta. Você chama o Herculano de companheiro, em 1978, quando ele te dá essa grande força. Você já o conhecia?

V.B. – Já o conhecia.

A.P. – Já era militante em 1978?

V.B. – Não, eu vou para o movimento negro em 1979. Se constitui, em Alagoas, o movimento negro, a Associação Cultural Zumbi, em 1979.

A.P. – Então esse vínculo com o Herculano...

V.B. – Era anterior. É. Porque ele era do Poço e nós tínhamos uma escola de samba, Unidos do Poço em que ele participava – era pertinho da casa dele – e a gente também. E tinha essa coisa, muitos negros... Acho que a gente tinha uma comunidade que a gente não percebia que tinha. De companheiros negros que continuaram na vida. Hoje eu sou muito mais ligada ao irmão dele, o Amaro. A gente trabalha junto há muito tempo. Herculano se afastou um pouco da minha vida depois que eu fui para o mundo e ele também. E o Amaro se junta mais a mim, porque estudamos juntos Psicologia. E até hoje a relação é mais forte com o Amaro.

V.A. – Como é o sobrenome deles? Sabe dizer?

V.B. – Sei que é Silva, mas tem outro nome na frente.

A.P. – Essa associação cultural que é constituída em 1979, você participa da fundação?

V.B. – Sim.

A.P. – Tem a ver com a universidade?

V.B. – Não. A Associação Cultural Zumbi surge porque um companheiro nosso, que fazia Medicina – na época só se tinha clubes fechados – e ele vai para um baile na Fênix. E ele é convidado a sair desse baile porque é negro. Ele é filho de Laura Dantas. Uma mulher negra, que foi professora dos governadores... Hoje, inclusive, tem uma escola chamada Laura Dantas em um complexo do estado. E, por conta disso, há uma revolta dos próprios companheiros brancos, que faziam Medicina, com essa atitude – não chama diretor, era um nomezinho que dava a esses caras que tomavam conta desses clubes. E é uma confusão! Não me lembro se saiu página em jornal. Mas foi uma coisa muito doida, porque era um homem, filho de uma mulher negra, mas muito bem relacionada, que fazia Medicina, e é posto para fora da Fênix. E muitos companheiros começam a discutir isso. E nós fomos chamados, eu fui chamada para uma reunião para discutir isso. Éramos 33 pessoas: duas mulheres – eu e Ana – e 31 homens, que se reúnem na universidade, porque Zezito Araújo, na época, já estava na universidade. Zezito é um companheiro de luta que foi diretor do Neab toda a vida.

V.A. – Ele é o estudante de Medicina, não?

V.B. – Não. Zezito chama a gente... Estou aqui tentando lembrar o nome, estou vendo a criatura...

V.A. – O estudante de Medicina?

V.B. – Não chega! Era meu amigo!

V.A. – Vai chegar. Quem chamou você para a reunião?

V.B. – Foi Zito... Não foi uma pessoa que chamou. Todo mundo se mobilizou com isso e resolveu fazer uma reunião para discutir essa coisa dessa discriminação, desse racismo.

A.P. – O povo, os negros que estavam na universidade?

V.B. – Não. Só quem estava na universidade era eu – que não era da federal – e Zezito que também já era da universidade. Mas a maioria não era da universidade. Eram negros que ficavam no mundo, na vida. A gente fez uma reunião... Marcelino Maximiliano Dantas. Ele contou a história toda e tal e a gente se revoltou... E a gente resolveu que ia fazer um grupo para discutir isso. A Associação Cultural Zumbi era um grupo político. Era um movimento político, que revolucionou aquela cidade e o estado como um todo. Foi a Associação Cultural Zumbi que constituiu o Memorial Zumbi, que brigou para tombar a Serra, para desapropriar a Serra... Foi a Associação Cultural Zumbi. A gente constituiu a ACZ, logo depois, em 1981, se faz o primeiro Neab, Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da universidade. Não tenho certeza, mas acho – 99% de certeza – que foi o primeiro Neab do Brasil. Depois é o do Maranhão e, depois, o de Sergipe. Maranhão fica com Carlão, o Zezito fica no Neab de Alagoas e a Néli em Sergipe. Era muito interessante, porque era a Associação Cultural Zumbi quem dava força ao Neab: o Neab não tinha força no sentido de ser conhecido. Era um núcleo pequeno em extensão. Era a Associação, que já tinha corpo político, que dava... Tinha uma parceria muito boa, o pró-reitor era muito interessante. Tinha uma parceria muito boa com o movimento e a gente com eles. Então, tudo a gente fazia junto: Neab e Associação Cultural Zumbi.

V.A. – Isso é a Federal de Alagoas.

V.B. – A Federal

V.A. – E essa reunião também foi na Federal?

V.B. – Não. A gente fez a primeira reunião na universidade, mas a segunda foi debaixo das árvores da Praça dos Palmares. Houve uma hora que a gente não tinha onde ficar: a gente foi para a Secretaria de Cultura, a gente foi para o Neab e depois foi para os DCEs. A gente tinha uma sala no DCE da Ufal.

V.A. – Esse nome, Associação Cultural Zumbi, foi escolhido naquela ocasião?

V.B. – Nas primeiras reuniões. Não foi na primeira, mas nas primeiras reuniões. Quando a gente pensou e decidiu que teríamos uma entidade, um grupo para discutir e esse grupo teria que ser uma coisa escrita, com estatuto com tudo... Tanto que a gente passa de 1979 a 81, acho. Em fevereiro de 1981 é que a gente se constitui – 1980, por aí, não tenho absoluta certeza – em uma organização com estatuto, passado em cartório, tudo. Era responsável pelo 20 de novembro, éramos a referência. Depois surgem outras entidades, alguns dissidentes da nossa fazem outra entidade. E depois começam-se muitos grupos culturais: bandas, grupos de capoeira, de dança afro. Mas tendo sempre na Associação Cultural Zumbi o porto seguro. Porque éramos nós que íamos para o embate político. Discussão política era com a associação. Tanto que ela se desarticula nos anos 90 e a gente até hoje não tem uma entidade do movimento negro com a articulação política como a gente teve.

V.A. – Por que ela se desarticulou?

V.B. – Porque houve um 20 de novembro em que a Fundação Palmares se compromete – como sempre – a bancar o 20 de novembro, através da associação. E Carlos Moura tendo saído desse lugar, deixou tudo pronto e a pessoa que assumiu, não assumiu. Eu era, na época, presidenta da Associação, eu tive que... Só não vendi meu filho porque não dava para vender. Mas eu fiquei respondendo todas as dívidas. E era uma dívida imensa, porque a gente levava Olodun e Ilê juntos. Imagine! Eu me lembro que eram 59 passagens aéreas, hotel, alimentação, era tudo. O projeto aprovado e eles não mandaram o dinheiro. Isso desarticula a Associação. Eu tenho que dar um jeito de pagar essas pessoas. E muitas delas não receberam, perdoaram, porque viram que não tinha como. Eu não tinha como pagar com o meu salário. Eu tive problemas sérios de a Justiça querer

penhorar meus bens. A minha sorte é que meu bem era meu filho – isso só dá despesa, eles não quiseram. Mas para provar que eu não tinha... Isso rolou muitos anos. Para que eu pudesse ficar livre de uma dívida, que é institucional, mas quem responde é quem estava na frente. Aí ela se desarticula. Só que, até hoje, quando você pensa em discutir com o movimento negro, as pessoas convocadas são as pessoas que estavam na Associação Cultural Zumbi na época. Continuam no ativismo político.

V.A. – Quem são essas pessoas?

V.B. – Socorro França, Zezito Araújo, Fátima Viana, Silvete Gaudino, Marcelino, Edson Moreira, Gilvan, Francisco André Batista, Mariano, Roseane, Evila, Luis... Existia um grupo de mais de trinta pessoas. Militantes que trabalhavam mesmo, pegavam na massa.

V.A. – E quem eram essas pessoas? Você, a gente já sabe, que estava na Academia de Polícia, ainda não tinha se formado em Psicologia... Mas de onde vinham essas pessoas? Qual era o perfil dessas pessoas em geral? Já tinham um trabalho?

A.P. – A gente fica pensando como essas pessoas se encontram...

V.B. – É porque os negros se conhecem. A gente se percebe. E quando precisou, chamou aquelas pessoas que, muitas vezes, nem tinham uma relação. Mas sabia que era de uma família de negros. Roseane, Fátima, Silvete são figuras que a família inteira é de negros, a família inteira tem consciência negra. Entendeu? Foi muito assim. É o que eu acho. Estou dizendo para você agora. Pedro e Paulo, são gêmeos. E de bairros diversificados. A Fátima, Roseane e a Evila, do Farol. Zezito era do Poço. Ione, da Pitanguinha, era vizinha de Djavan, chega a ter um parentesco. Eu era da Pajuçara. Marcelino, do centro da cidade. Mas a gente se reconhecia. Nós tínhamos uma convivência. E também a escola era interessante como nos aglutinava, a Unidos do Poço. A gente ia, porque era bom, porque era bonito. A Associação Cultural Zumbi, quando se forma, a gente tinha uma

coisa chamada “Noite da Consciência Negra”, que era todo dia 19, e era feita na escola de samba. Uma relação muito interessante.

V.A. – 19 de novembro?

V.B. – Sim, todos os anos. Por treze anos consecutivos, teve a “Noite da Consciência Negra”, que era uma festa para as pessoas que não iam à Serra no dia 20. A gente sempre levava... Foi Leci Brandão, Olodun, Ilê, Mucenza... Quem estava no auge na época ia para essa festa. Ou no Sesc Poço – a gente tinha uma relação muito forte com o Sesc – ou na escola de samba.

V.A. – E quais eram as atividades dessa Associação no começo? O que se fazia?

V.B. – A gente trabalhava muito com a educação. Nós íamos para todas as escolas desfazer o 13 de maio, constituir o 20 de novembro. Em 1984, a gente tinha o levantamento de todos os terreiros do estado. A gente trabalhava com os terreiros a questão da consciência negra. A gente capacitava as escolas e os professores. Era muita ousadia, não é? A gente ia. Capacitar os professores, discutir porque o 13 de maio não é o correto, o 20 de novembro... Massificar isso; banalizar, na verdade. Agente trabalhava muito com o viés da educação. Era o carro chefe da Associação. E a luta pelo tombamento da Serra, com o Neab. A gente levou muito tiro de soca-tempero lá em cima. É o tiro de uma espingarda que não te mata. Mas dói! [riso] É uma coisinha assim que eles botam na... socam, socam, socam e atiram. E a gente levou muito. Porque os fazendeiros, os donos não queriam que a gente demarcasse. Quando começou a piquetagem, não deixavam a gente ir só, porque era ameaçado de morte. Então ia de bando. Nós tomamos a Serra, na realidade.

V.A. – Quando foi?

V.B. – A gente faz uma tomada da Serra. Fez agora 25 anos.

V.A. – ...muito tiro de quê, mesmo?

V.B. – Soca-tempeiro. [riso] É. Porque a gente faz uma caminhada a Serra, se não me engano, em 30 de agosto de 1980. É uma coisa simbólica de tomada da Serra. No calendário da Fundação Palmares tem isso. A gente constitui o Memorial Zumbi, que era uma reunião, anual, também 19, o dia inteiro, de todas as pessoas e entidades do Brasil inteiro. Seu pai foi. A gente se reunia todos os anos para discutir a questão negra no Brasil, em Maceió. Chamava-se Reunião do Memorial Zumbi. Olímpio Serra, Ordepe Serra, Carlos Moura, Dulce Pereira, Hamilton Cardoso... O romance de Hamilton Cardoso e Dulce Pereira começou lá. Zezé Motta, Lélia Gonzales, Abdias, Abigail Páscoa, Januário... Todo esse povo são meus companheiros por causa do Memorial Zumbi, que a gente instituiu e todos os anos... Não me pergunte como a gente chegava lá, eu não sei. Mas todo mundo ia de avião, não sei como. Eu era a responsável pela recepção. E, em 1980, a gente convoca todos os embaixadores africanos.

A.P. – Mas o Memorial é constituído em 1980?

V.B. – É. Na primeira caminhada da Serra da Barriga a gente forma o Memorial. E os embaixadores iam, todos os anos. De todas as embaixadas africanas no Brasil. Muito interessante

V.A. – A partir de quando?

V.B. – Dos anos, de 80. Bom, o Memorial Zumbi é que nos dá condições de discutir a Serra da Barriga e querer o tombamento e tudo mais. A gente tomba a Serra em 1985. Desapropria em 1987, se não me engano, quase dois anos depois. E desapropria um pedaço ínfimo. Quando do tombamento e a gente consegue desapropriar, depois... Porque, quando tombou, se você quisesse subir a Serra, você tinha que ir de helicóptero, porque o que estava nosso era lá em cima. E a gente consegue – Carlos Moura e Zezito, na universidade, são cruciais para que a gente desaproprie. Eu sei que eu sou testemunha,

na Presidência da República, com o Procurador da República, dessa desapropriação da Serra. Acho que 1987.

V.A. – Eu não entendi, você foi testemunha do Procurador?

V.B. – É porque tem todo um processo para a desapropriação. Porque a Serra era do João Lira e do Lula Pinto. Era uma confusão, porque eles eram donos da terra, não queriam dar a terra. Isso rolou até... A gente desapropriou um pedaço grande – Carlos Moura foi, a gente foi para a delegacia – da fazenda, onde a gente assinou, com o Procurador Geral da República, a desapropriação da Serra. Depois do tombamento quase dois anos. Mas a confusão continuou, porque um dos proprietários não queria abrir mão. Eram muitos hectares. Tanto que agora, no governo de Ronaldo Lessa, a gente consegue, embaixo, o pedaço grande – que ele deu, agora tomou. O proprietário não passou o papel. Porque, quem vai na Serra... Vocês já viram a Serra, não é? Eu acho que é uma mulher grávida, deitada. Então, a gente só ficou com o cocuruto da Serra. Como é que você sobe? Aí conseguimos esse pedaço.

V.A. – Para subir.

V.B. – É. Hoje, a Fundação Palmares... Desapropriou-se um pedaço que a gente precisava para poder fazer o Memorial, para poder fazer... Foi muita luta. E não foi luta só nossa, de Alagoas. O Memorial Zumbi foi fundamental para essa luta. Porque você tinha um Abdias do Nascimento, você tinha uma Lélia Gonzáles, você tinha pessoas de fora do estado que também discutiam e exigiam isso. Então, foi muito interessante. E a gente fazia isso de uma forma muito cotidiana – não que não achasse importante – , mas era normal. Quando você me pede para fazer isso, para mim era uma coisa normal fazer o que eu fiz. Eu tinha sempre... Eu trabalhava... Todo mundo na Associação Cultural Zumbi eram pessoas de classe média média ou alta. E que faziam isso por militância, não porque precisasse. Tanto que lá na minha terra não tem ONG. Ninguém tem, em uma entidade – nem do movimento de mulheres, nem do movimento negro –, que ganhe

dinheiro para trabalhar. É uma entidade que, para mim é ONG, porque é não-governamental, mas não tem essa coisa de: faz um projeto para ganhar o dinheiro... A gente fez um projeto para o Ministério da Educação para trabalhar com as escolas. Eu lembro disso. O Ministério da Educação deu o dinheiro e a gente fez o projeto. E tem alguns deputados que, naquela Emenda, davam uma grana para a Associação para a gente poder ir para o interior, trabalhar, ir para União dos Palmares, formar os professores para falarem da Serra. A gente trabalhar em União dos Palmares, para ter a Casa Jorge de Lima, como tem hoje. Ir lá, fazer o trabalho para que as escavações da Serra, o que se procurasse e se achasse ficar naquele museu... Mas não para ter um coordenador do projeto, que ganhava aquele dinheiro. Isso não existe na minha terra, até hoje. Não tem ONG.

V.A. – Não entendi que os deputados davam uma parte...

V.B. – Eduardo Bonfim... Não tem uma coisa de o parlamentar destinar para entidades um percentual para que ela possa trabalhar? Eduardo Bonfim, me lembro muito bem, foi constituinte de 1988. Ele destinou uma verba para que a gente pudesse trabalhar, ter o Correio, a grana para mandar correspondência, ter a grana para ir na Serra da Barriga trabalhar com os professores... Era uma coisa que chegava na nossa conta e a gente prestava conta para ele do que foi feito. É uma coisa tabelada, carimbada. Qualquer ONG pode mandar uma Emenda Constitucional e pedir, mas ele também pode fazer. E o Eduardo fazia, porque ele era um militante do movimento de direitos humanos, pró-anistia, aquela coisa toda... A gente tinha uma relação muito forte, quando ele foi constituinte, disponibilizou para a gente esse financiamento, um ano do mandato dele.

V.A. – E além disso? Como era o restante do financiamento?

V.B. – Não tinha. A gente não tinha, não; a gente que bancava.

V.A. – Vocês que pagavam o telefone...

V.B. – Telefone era do DCE. [riso] A gente usava o telefone do DCE. E o da minha casa e da casa do Zezito. Aí cortam o telefone!

V.A. – Porque também não tinha sede.

V.B. – Não. Não tinha.

V.A. – Nunca teve sede.

V.B. – Não. Nunca teve.

V.A. – Onde eram as reuniões? Eram na praça.

V.B. – Começou na praça, depois a gente conseguiu ir para o Neab, depois a gente conseguiu ir para a Secretaria da Cultura – ter uma sala na Secretaria da Cultura. Nos cem anos da abolição, a gente foi para a Secretaria da Cultura. E depois fomos para o DCE. Tinha uma sala. Sempre tinha. Uma sala para os movimentos e a gente tinha uma. Usava a estrutura do DCE, mas éramos nós que geríamos as despesas. A gente que bancava. Não era ninguém, era a gente. Eu tinha dinheiro, pagava... “Vai ligar para o Amílcar.” Então, pega o telefone de casa. Eu pagava uma conta, ficava devendo duas. Sempre foi assim. Mas em nome da militância. Não era nada...

A.P. – A fundação da Associação é em 1979. Vocês acompanham, em 1978, a fundação do MNU, o ato público na praça?

V.B. – Sim, claro. A gente tem notícias disso. Não acompanha de perto. Eu, por exemplo, não acompanhei de perto. Mas a gente tem notícias disse e se aporta muito... O MNU tentou se constituir lá. Não deu certo. Mas a relação, principalmente com Salvador, que a gente tinha e tem até hoje... O MNU era fortíssimo em Salvador. Então, a gente tinha muitas trocas. O Ilê Ayê, muito parceiro. Vovô[?] sempre foi muito parceiro. Depois, João Jorge, Cátia, Gilberto Leal, Bujão... São pessoas com que a gente sempre contou

para aprender, para trocar experiência. E a gente tinha uma coisa chamada Encontro Norte-nordestino de Negros, todos os anos. Então, era perfeito. Em 1984, a gente faz em Maceió. E é ali que as mulheres negras se encontram e resolvem sair do movimento misto e fazer o movimento de mulheres negras.

A.P. – Em 1984, em Maceió?

V.B. – Em 1984. Isso não é registrado. Edna Rolan faz uma retrospectiva, mas não fala disso. Até porque ela estava em São Paulo, não é? E o Norte-Nordeste era muito mais forte que o Sul-Sudeste. Tinha muitas pessoas daqui, do Sul-Sudeste, que iam para o Norte-Nordeste, onde era fortíssimo o movimento. O Encontro era maravilhoso. Nordeste inteiro se encontrava para discutir temas. A gente se encontrava para discutir temas e era no alto[?]. Essa coisa, a gente não sabe como aquilo acontecia, porque *todos* os anos a gente se encontrava. Todo mundo ia.

A.P. – Sem e-mail...

V.B. – Sem e-mail, sem telefone... E sem grana. É que era interessante: onde a gente achava aquela grana para pegar o ônibus. A gente lotava o ônibus. A gente fazia pedágio, a gente *pintava*...

A.P. – Você tem um roteiro desses Encontros? Tem na memória? O primeiro é onde?

V.B. – João Pessoa.

A.P. – Quando? 1981?

V.B. – Recife... Deixa eu ver se consigo. Recife, Maceió... Em 1986 foi em Aracaju. 1985 foi onde?

A.P. – Sei que teve um em São Luis, acho que em 1983, não é?

V.A. – 1983 foi São Luis.

V.B. – 1981 não foi João Pessoa?

V.A. – A gente não tem 1981.

V.B. – 1981 acho que foi em João Pessoa.

V.A. – Foi o primeiro.

V.B. – É, começa em João Pessoa.

V.A. – O segundo foi em 1983, em São Luis.

V.B. – 1984, Maceió. 1985 é a Bahia, não? Sei que em 1986 é em Aracaju, que a gente foi fazer esse Encontro lá, porque houve um racha e o pessoal estava muito verde. A entidade que segurou. A gente teve que ir: Alagoas, Pernambuco e Bahia vão fazer esse encontro, junto com Sergipe. É 1986. Aí, em 1987, a gente vai para o Pará. Em 1988, a gente faz na Bahia e, 1989, em Pernambuco. Aí Pernambuco define que é Manaus e aí... Quebrou. Manaus não dá conta.

V.A. – Não aconteceu?

V.B. – Não. Eu acho... Nem sei se aconteceu, mas se aconteceu foi ínfimo. Eu não sei. Acho que não acontece. Porque no Pará... Inclusive tem anais, eu tenho: um caderninho que a Fundação Ford banca. Os anais do Pará. Me lembro disso. A gente conseguiu fazer o registro. Mas os registros, se eu procurar, eu tenho todos. Registro datilografado, na época. Todas as demandas, todas as propostas...

A.P. – Isso é ótimo!

V.A. – Isso é importante.

V.B. – Eu tenho. O problema é alguém que vá lá procurar. Eu não vou. Tem umas caixas assim: cheias de coisas.

A.P. – Que fonte maravilhosa.

V.B. – Eu não dou para ninguém, porque tem que ser uma pessoa que tenha esse olhar. Senão, vai jogar fora um monte de coisa interessante. Porque eu guardo tudo. Tenho o que todo mundo quer rasgar: “Não rasgue, deixa aí.” Só que eu tenho alergia, eu não posso pegar naquilo.

A.P. – Daqui a pouco, as traças...

V.B. – Não. Não, porque...

A.P. – Lá em casa também tem muita coisa. Às vezes, eu fico lá limpando...

V.B. – Mas agora, como a gente... Eu vivo sempre mandando mudar de caixa para não umedecer. E agora está no meu quarto, no meu closet. Que a minha cunhada é doida para jogar fora. Doida! Ela adora jogar fora as coisas. Mas eu tenho muita coisa da Associação, muita coisa dos Norte-Nordeste.

A.P. – Eu fico pensando assim... Você pode identificar quais eram as lideranças que mobilizavam em 1981, em 1983? Porque vai ganhando corpo esse Encontro Norte-Nordeste...

V.B. – Em cada lugar... Por exemplo, em João Pessoa, Vandinho.

V.A. – Como é o nome do Vandinho?

V.B. – Sei não. [risos] Vandinho e a irmã dele, Tuta.

V.A. – Como é o nome de Tuta?

V.B. – São sei também.

A.P. – Você chega a participar de 1981 já?

V.B. – Não, eu não vou para João Pessoa. Não fui por algum motivo, plantão, alguma coisa. Aí você vai para a Bahia e tem Gilberto Leal, Bujão, Cátia Melo, Vovô, Dete, Paulinho Feijão, Paulinho Cambuí, Cristina – do Olodun –, João Jorge, Valter Rui, Jaime Sodré. Já entram pessoas da universidade: Luiza Bairro, Jonatan, Ana Célia... A Bahia tem um corpo grande. Eu estou falhando aqui, porque tem muita gente, muito mais do que estou dizendo. Milton... Tem muita gente na Bahia. Aí, você vai para Recife, tem: Marcos, Naldete, Telma Chase, Vanda Chase, Lepê, Marta Rosa...

V.A. – Lepê, assim mesmo?

V.B. – É assim que chamam ele. Tem um trabalho maravilhoso na Comunicação. É psicólogo, meu companheiro de profissão. Lepê Correia. Marta Rosa, que hoje está na Fundação Palmares... Eu sou péssima com nomes.
Em Aracaju, tem... É ator, fez um filme.

A.P. – Aquele ator famoso, Severo?

V.B. – Severo Dacelino. Na época só ele era o expoente. Mas surge um grupo que tem: Carlos Eduardo Trindade, Carlos Alberto... A Neli, que entra no Neab e também trabalha

com a questão negra. Depois é que vêm os outros. Na época, nos anos 80, são essas pessoas, em Aracaju. Aí, você vai para o Maranhão, tem Mundinha, Magnólia, Sílvia Castanheda, Lúcia Dutra, Magno... Tem mais pessoas que eu não lembro agora.

Você vai para o Pare, tem Nilma – até hoje é expoente –, Hamilton – que é baiano, mas mora no Pará há mais de vinte anos. Tem muita gente no Pará. Vai para o Amazonas, tem um companheiro que já se foi, eu soube agora. No Maranhão, Carlão, Paula, Casau... Tem outro que está em Alcântara, muito interessante. Um cantor e compositor, talvez você lembre, que canta: [cantando] “Gaiola não é prisão para negro. Prende segredos, mas não pode nos prender.” Como é nome dele? [cantando] “Que bandeira é aquela? É Luther King, Zumbi, Nelson Mandela.” Ele fez essa música. Como é o nome dele? Baixinho. Maranhão. Já fiz o Nordeste inteiro. Agora, Ceará e o Rio Grande do Norte, a gente não tem.

V.A. – Piauí?

V.B. – Piauí tem. Mas muito incipiente, também. Era muito isso: Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Sergipe, Bahia, Maranhão, Pará. Eram os mais fortes, que comandavam essa coisa do Norte-Nordeste.

V.A. – Você tinha falado que, em 1978, 79, o Marcelino Dantas foi proibido de ficar no Fênix. É o nome do clube?

V.B. – Fênix, existe até hoje.

V.A. – E aí, houve essa reunião e a partir daí foi crescendo. O que foi essa articulação, não digo dentro de Alagoas em si, mas com os outros estados? Como é que vocês tomaram conhecimento que havia pessoas...?

V.B. – A gente já sabia.

V.A. – Começaram a ir para o Memorial Zumbi...

V.B. – A gente constitui o Memorial Zumbi, porque a gente pensa em fazer uma grande mobilização de caminhada à Serra da Barriga, como forma simbólica de tomar a Serra para a gente. E aí, Zezito tinha uma relação, porque ele era da universidade, com alguns pares. Ouvia falar de Abdias. Aí a gente começou a escrever para as entidades, a chamar, convocar... Foi assim. Foi isso.

V.A. – Quer dizer, Zezito tinha esse conhecimento...

V.B. – Ele era, na verdade, a liderança que nós temos. Em primeiro lugar, é ele.

A.P. – E hoje está ocupando um cargo de secretário...

V.B. – Ele acabou de sair do cargo. Dia 17 ele saiu da Secretaria. Hoje, ele é um consultor do estado, do governador. Saiu da Secretaria de Minorias. Ele esteve à frente mais de quatro anos: de fevereiro de 2001 até agora. 13 de fevereiro ele assume a Secretaria de Projetos Especiais, que depois passa a ser de Proteção e Defesa das Minorias. E sai agora, 17 de outubro.

V.A. – Bom, o Encontro de Manaus, que seria em 1990, não aconteceu, ou se aconteceu, aconteceu de forma muito pouco clara...

V.B. – E aí se perdeu.

V.A. – Pois é, por quê?

V.B. – Sinceramente.

A.P. – Engraçado, porque você comentou – e a gente tem percebido isso aqui no Rio também. Aqui, por exemplo, tinha o IPCN, na década de 80, início da década de 90, que era muito forte. Hoje a gente não tem mais o IPCN. Em São Paulo da mesma forma. Você está dizendo que isso, de certa forma, acomete também a Associação e o Encontro

Norte-Nordeste. Você tem alguma análise sobre esse esvaziamento dessa forma de atuação, dessa estratégia?

V.B. – Porque, na verdade, a gente não tinha grana para ir para Manaus. O problema era esse. Eu fui contra Manaus porque eu sabia que a gente não ia... Imagine sair de Pernambuco para ir para Manaus! Foi em Pernambuco em 1989. Não tinha grana. E a gente se bancava para ir, no máximo conseguia... Nós tínhamos uma inserção muito forte no estado e a gente conseguia: uma passagem, um ônibus, uma passagem de ônibus... Mas imagina, uma passagem de ônibus... Porque nós fomos de ônibus para o Pará, imagine. Eu me lembro que eu consegui uma passagem de avião, mas a maioria foi de ônibus. Agora, ir para Manaus, de ônibus... Não era que a gente não quisesse ir, que não fosse, porque era todo mundo juvenzinho, era *grana* que não tinha. Foi isso que eu acho que se perde. Porque é como o feminista: a gente passou dez anos sem ter Feminista e foi para o Pará. Quando decidiu que o Feminista ia para o Pará, a gente passou quase dez anos sem Feminista. Porque até que se rearticule a coisa... E, no caso do movimento feminista, a gente se rearticulou pela necessidade de continuar se encontrando. E eu não sei se a gente teve esse pensamento em 1990, de se rearticular: “Bom, não deu lá, vamos chamar uma reunião em algum lugar para que a gente retome isso de novo.” E não aconteceu. Mas eu nunca analisei isso, sabia, não tenho uma leitura feita disso.

V.A. – Em 1991 houve um Enen em São Paulo. Vocês foram para lá? A Associação foi?

V.B. – Eu não fui. A gente não foi ao Enen.

V.A. – Tinha outras razões além da grana?

V.B. – Eram razões de discordância, mesmo. Pelo menos eu, posso falar por mim. Eu discordava de diversas coisas. Aí, não participei.

V.A. – O que, exatamente?

V.B. – Da forma como se edificou, a forma como se pensava e o que os negros iam passar ali, que foi terrível, eu acho: não tinha onde ficar, não tinha onde dormir... Não tinha estrutura. E a gente já estava em um lugar, que não dava mais para retroceder. Eu me lembro que estava em Salvador, todo mundo indo para o Enen, mas eu não fui. E não deu em nada, não é? Discutiu, discutiu, mas não houve seqüência. Claro, sai alguma coisa, mas não foi a intenção que se teve ao fazer o Enen. Porque, na verdade, o movimento negro que a gente faz lá é realmente maior que partido. Ele não se segura em partido. Eu acho que isso nos deixa... Como o movimento feminista. Claro, a maioria das mulheres do movimento feminista é de esquerda, a maioria do movimento negro é de esquerda, mas a gente não tem o partido como um viés. Era condição: aqui não se discute partido, no sentido partidário. “A gente vai discutir política partidária, mas aqui ninguém vai puxar sardinha para A, B, C.” A gente tinha um acordo na Associação que a gente não levava o candidato meu... Os candidatos todos iam, podia ser do PCdoB, que era o que se aproximava mais da gente – PCdoB, MDB, na época –, mas ia também da Arena... Ia todo mundo. Quem quisesse ir, falar o que ia fazer... A gente, inclusive, chamava. Dava nossa pauta de reivindicações a todos e a todas. E eu acho que isso nos fazia sobreviver bem. E o Enen tem uma coisa partidária.

V.A. – É?

V.B. – Eu acho. Isso é que não caminha. Eu acho, tinha nas entrelinhas, algumas coisas, sim. De alguns, poucos. Porque a maioria, não.

A.P. – Como é o 1988 lá em Alagoas?

V.B. – Muito bom.

A.P. – A Associação já estava de vento em popa...

V.B. – Muito. Tinha uma credibilidade imensa. A gente participa de tudo, do país inteiro, em 1988.

A.P. – Vocês vêm ao Rio, para a Marcha?

V.B. – Tudo a gente participou. Quer dizer, a gente dividia-se, até para cada um ter experiência de estar no lugar, aprender mais. A gente vai muito para Brasília. Em 1988 tem muita coisa em Brasília, muitas reivindicações. E o 20 é muito bom, em 1988. A coisa se vira muito para a Serra. E o governo se envolve muito, o governo federal principalmente. Tem aquela coisa daquela propaganda – que eu não pude ir, não sei porque – em que os negros se reúnem e fazem tipo aquela coisa da fome nos Estados Unidos. Os artistas...

A.P. – O axé da Globo.

V.B. – O axé da Globo, uma coisa assim. Em que está Vovô, figuras do movimento e figuras da televisão, do rádio, da comunicação. Aquilo foi muito interessante para quem estava entrando no movimento naquela época. Porque é a primeira vez que você vê negros, comuns, ali na Globo. Eu me lembro que foi muito interessante isso. Deu muitos pontos de pauta de discussão aquela aparição daqueles negros e negras na Globo.

V.B. – ... grupo não se desfez, a gente continua se encontrando, nesses 25 anos, 26 anos já. Marcamos, agora, reuniões regulares, mensais. Mas continua a Associação Cultural Zumbi, se reunindo... Por conta de eu estar secretária, Zezito também ter estado, eles cuidam da gente. Senta, discute, a gente se reúne para saber o que está fazendo, para criticar, para ajudar... No 20, sempre, o Zito contou com ativistas da Associação Cultural Zumbi para ajudar, para fazer... A gente nunca se perdeu, é muito interessante. No Natal, a gente se encontra; nos aniversários, a gente se encontra. A gente se alimenta muito. Uma relação afetiva muito forte. Continuamos, cada um no seu canto, não deixou

ninguém de fazer a militância. Não tem um grupo, hoje, como a Associação Cultural Zumbi, mas a Fátima está na Cefet, o Antonio, a Silvete no INSS, a Socorro, com anemia falciforme, brigando na Saúde. Eu estou na Secretaria... Todo mundo está aí. Então, quando a gente se encontra é muito interessante, porque a gente começa a contar o que está fazendo. É muito legal.

A.P. – Interessante. Essa, a gente observa, como uma estratégia, de ocupar espaços políticos, ocupar espaços e fazer a militância. Você acha que, em algum momento, essa ocupação de determinados espaços – estratégicos até, alguns deles – essa forma de atuar é pensada nessas discussões?

V.B. – Não, não, não. Eu estou onde estou, mas eu não programei isso. Eu nunca imaginei que eu estaria nesse lugar. Entendeu? E acho que a maioria. Posso ser ingênuo, mas não acredito. Acho que a maioria não programa. Militância não dá para programar. Existem os que não são militantes, que utilizam até o movimento – pode ser – sabendo onde quer chegar. Mas são poucos. Os militantes não fazem isso. Eu não consigo imaginar que seu pai pensou em estar onde está. Não consigo. Ele foi. É o caminho, a gente vai fazendo. É uma coisa prática, cotidiana. Que é diferente desse lugar onde vocês estão. É diferente da academia. Vocês sabem o que querem, para onde querem ir e, quando não sabem, sentam para discutir para onde querem ir. A gente, não. É muito do que rola, de como está a vida, de como está a sociedade, como estão rolando as coisas. Por exemplo, chega a globalização: vai ter que sentar para ver como a gente vai se mexer nisso, como é isso. Neoliberalismo; vamos embora sentar para discutir isso, esse bicho que é... Mas já está vivendo. Não há ocupação do lugar, os lugares chegam. Tanto que... Eu me assusto com essa coisa: “É você.” Porque eu não me acostumo muito com essa coisa, porque eu quero ser vista... Pode ser maluco, mas... Eu estava em Porto Alegre e me constrangia a forma como as minhas companheiras de luta me tratam: “Secretária, secretária...” Menina! Não posso pegar em um saco... Pelo amor de Deus! Eu não sou bibelô aqui. Eu continuo sendo a mesma amiga... Pode ser que o fato de estar secretária faça bem para o que você quer fazer e eu vim para me fortalecer, mas eu não

consigo me incluir nisso. E eu sei porque eu não consigo: porque eu não faço parte desse poder, não quero fazer parte dele. Esse que está aí, não. Estou construindo outro. Posso estar construindo só. Problema! Não estou preocupada com isso, não. Mas o poder que eu quero para mim e para o outro e para a outra não é esse. Dessa papariação... Você pode se orgulhar, acho até que deve se orgulhar, mas com uma outra visão, um outro olhar. Não tem que repetir o que a gente abomina. Eu não consigo perceber como é que você pratica o que você disse que não era bom. Mas quando está, acha bom estar naquele lugar que, a vida inteira, por você não estar, não sabia que era bom. Mas ele é bom, da forma que eu estou fazendo. Diferente. E eu acho que estou contaminando um monte de gente para fazer dessa forma.

V.A. – A gente tinha deixado a sua trajetória profissional quando você saiu do presídio, que foi expulsa...

V.B. – Fui expulsa e fui para a Delegacia de Mulheres. Eu não queria ir para a Delegacia de Mulheres.

V.A. – Por quê?

V.B. – Porque eu tenho uma deficiência, eu não gosto de tratar... Eu gosto de prevenir. Eu não consigo trabalhar com quem já está... É uma deficiência, mesmo. Eu não conseguia ver aquelas mulheres que tinham levado porrada. Eu não consigo. Então, eu trabalho na prevenção, de conscientizar [incompreensível]. Eu não passei duas semanas lá. Porque eu fiz, mesmo, de tudo para sair. Não dava para eu fazer aquilo. Aí fui convidada para trabalhar na Delegacia de Menores como psicóloga; para implantar o Estatuto da Criança e do Adolescente. Então, foi ótimo. De 1988 até 2003, eu estava na Delegacia de Menores, formando os policiais para que pudessem atender uma criança, acolher... Foi um trabalho muito interessante. Viajei muito, pelo Brasil todo, com um grupo de profissionais da área de Direito, principalmente – delegados, delegadas, promotores, defensores públicos, juizes – para implantar o Estatuto. Aí eu saí da Delegacia de Menores, porque eu sou convocada, por um bando maluco da Polícia, para

ser candidata em uma chapa do Sindicato. E eu dizia: “Mas eu não sou sindicalista, não sei o que é Sindicato...” Quando Fernando Collor assumiu o governo, eu era do Conselho da Mulher e a gente tinha um tal de um geton.

A.P. – Conselho da Mulher do estado de Alagoas?

V.B. – É. Eu representava a mulher negra no Conselho. Fui a segunda. A primeira foi a Socorro França. E Fernando Collor me botou no SPC, na Serasa, em todo canto.

V.A. – Não entendi. Tinha um tal de um geton...

V.B. – É, a gente tinha um geton.

V.A. – Para acompanhar essas reuniões.

V.B. – Isso. E ele cortou, de todos os conselhos. E é claro que era um geton... Não me lembro agora, mas eram quatro getons que dava um salário muito bom. Eu, a princípio, não sabia, passei um monte de meses sem receber. Eu não sabia que, para ir para a reunião, eu recebia dinheiro. Quando Fernando Collor vem e corta isso, a minha vida ficou uma miséria. Eu tinha, com outras companheiras do Conselho, arrumado a vida das doceiras: a gente fez uma associação de quituteiras. Eu fui pedir vaga na Associação para vender bolo e fui para a Rua do Comércio. Para poder pagar as contas. Fernando Collor, não posso esquecer. E nesse trajeto, os meninos passavam e me viam na Rua do Comércio vendendo meus doces, que eles inventaram que eu ia ser do Sindicato. Aí eu fui... “Presidenta eu não vou ser, mas vice-presidenta eu vou.” E a gente ganha a eleição. Mas com três meses o presidente se afasta, que era o golpe que ele me deu. E eu sou presidenta por nove meses. Eu sou a primeira mulher negra presidenta de um Sindicato de Polícia Civil no país. Foi uma experiência fantástica! Foi ali que eu aprendi a gostar realmente da Polícia, a gostar da minha instituição, a entender a instituição e ter certeza da minha liderança. Foi a época em que o Sindicato da Polícia teve mais peso no estado.

Muito bom, mesmo. A gente tinha uma equipe muito boa, que eu comandava: 1300 homens. Foi uma experiência muito interessante. Conseguimos ter uma boa relação com a Política Militar, de não nos arranharmos. Muito boa. Eu saio do sindicato...

V.A. – Mandato de um ano.

V.B. – Sim, mas eu era vice. Eu fico os três anos: de 1993 a 1996. Eu assumo de fevereiro de 1994 ao final de 1994. O ano de 1994 eu passo todo como presidenta.

V.A. – E depois até 1996 também?

V.B. – Não. Ele volta, assume o lugar dele e eu continuo vice-presidenta.

V.A. – Então, você ficou na Delegacia de Menores até 1994?

V.B. – 1993.

V.A. – Eu tinha entendido 2003. Então, de 1988 a 1993.

V.B. – Em setembro, a gente ganha a eleição e eu fico à disposição do Sindicato.

V.A. – Não trabalha na Delegacia mais. Fica à disposição oito horas, horário integral.

V.B. – Isso. Exatamente. Em 1995, eu vou fazer o curso de perícia, em Salvador. Me afasto do Sindicato de abril a julho. Engravido de [inaudível]. E aí já estou muito envolvida com o movimento feminista. Muito. Volto. Nós não quisemos concorrer no Sindicato, nossa equipe. E a gente sai do Sindicato e vou para a Perícia. Volto para o meu lugar. Sou perita criminal. Aí, Edivaldo Suruagy chega, no terceiro mandato dele, e passa *onze* meses sem pagar salário. Cátia Boni é prefeita. E um dia houve uma confusão lá com as prostitutas e um delegado do primeiro distrito que queria que elas tivessem cartão

de saúde, dizendo que não tinham Aids. E eu fui convocada para ir a essa reunião do Conselho, com Cátia, e ela pede para ele dois meses para discutir isso com a gente. Por acaso, eu vou de carona com ela e Rebeca, que era do Conselho na época, e ela me pergunta: “Como está a vida?” Eu digo: “Só deus sabe.” [riso] Imagine! Sem salário sete meses. Aí ela disse: “Então, vamos aqui para o Conselho de Saúde e lá vamos conversar com Humberto, porque você pode dar uma assessoria no Programa de DST-Aids, com essas mulheres, que eu me comprometi com o Conselho.” Aí, eu sou contratada como... Não é contratada. A Saúde tem uma coisa de... Como vou dizer? Existe uma grana, que vem do Ministério da Saúde, que é para você utilizar como queira, para a melhoria da saúde. E a Cátia utilizou muito para dar assessorias qualificadas, além de comprar o remédio, além... Eu entro nessa coisa de assessorar, para trabalhar com travestis e profissionais do sexo na prevenção de DST-Aids. Isso me segura o salário, porque eu não tinha.

V.A. – Isso foi quando?

V.B. – 1996. 7 de abril de 1996. Eu fico até 2000 no Programa Municipal de DST-Aids, na prevenção, com travestis e prostitutas. No 8 de março de 2000, a gente consegue levar Wilsa Vilela para falar sobre mulher e Aids. Wilsa, feminista, pós-doutora em DST-Aids, daqui de São Paulo. A secretária, na época, Genilda Leão, presta atenção, vê a forma como Wilsa fala da questão da mulher e faz uma reunião e diz que quer que eu vá para essa reunião. Porque ela não queria mais baderna infantil. Queria realmente que o Paism existisse, que é o Saúde Integral da Mulher, que não tem departamentado: você cuida da mulher criança até idosa. Aí, ela me convida. Cátia faz uma lei, uma coisa chamada Comitê de Saúde da Mulher, que é a Saúde da Mulher do Município. Eu vou para o Feminista, na Paraíba e, na volta, ela diz que sou eu que vou ficar à frente da Saúde da Mulher do Município. Eu fico até 2002. De 27 de junho de 2000 a 4 de julho de 2002.

V.A. – E isso era a Secretaria de Saúde da Mulher?

V.B. – Era a Secretaria de Saúde, que lá dentro tinha o Comitê de Saúde da Mulher.

V.A. – E você fica à frente desse comitê.

V.B. – É. Eu e mais treze mulheres. Aí a gente implanta o pré-natal humanizado, implanta a saúde do adolescente, que não existia, a do idoso... Faz um trabalho muito bom, no Município. Até que eu sou chamada para assumir a Secretaria da Mulher. Dia 4 de julho, o governador me liga, às quinze para meia-noite; dia 5 ele me nomeia. No dia 15, eu tomo posse. 15 de julho que é o Dia Internacional do Homem, sabia?

V.A. – É?

V.B. – Ninguém sabe porquê, mas é.

A.P. – De 2002.

V.B. – 2002.

A.P. – Você comentou rapidamente que foi presidente da Associação Cultural Zumbi.

V.B. – Foi. De 1989 a 1991.

A.P. – Eram mandatos...

V.B. – Foi o Zezito, Silvério, depois eu.

V.A. – E depois de 1991, quem foi?

V.B. – Ela se desarticulou. Não teve mais eleição. Nesse intervalo, nessa confusão toda da vida, a gente faz o Cedim, em 1986.

V.A. – O que é Cedim?

V.B. – Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher. Lá tem uma representante indígena e uma negra. E eu substituo Socorro França, em 1989. Eu passo de 1989 a 1991 também no Conselho da Mulher. Quando eu saio do Conselho da Mulher, por não concordar com as políticas da presidência, a gente forma o Fórum de Entidades Autônomas de Mulheres.

V.A. – Isso é quando?

V.B. – 1992. Aí a gente participa de todo o preparatório para Beijin. Desde a primeira reunião aqui, em 19 e 20 de janeiro de 1993, até Beijin. Eu não vou para Beijin, porque estou com sete meses de gravidez, aí a Varig não deixa eu ir. Mas participei de todos os precons, fui para o precon da América Latina e do Caribe, em Mar del Plata. Teve um Painel da Mulher Negra que a gente foi: eu, Lúcia Dutra, Valdeci Nascimento, Telma Chase. A gente é responsável pelo Painel da Mulher Negra. O Geledés, com Suely, Edna... Mas quem apresenta o Painel é Valdeci, da Bahia, que era do MNU, eu e Lúcia Dutra, do Maranhão. Nós fomos escolhidas, pelo Comitê Nacional Brasileiro para representar as mulheres negras brasileiras na América Latina, nesse Precon.

É uma experiência muito interessante. Ontem eu estava dizendo para um companheiro do movimento que é nessa reunião aqui do Rio... E aí tem que citar: Hildésia Medeiros e Vânia Santana que, na discussão para que se convoque o primeiro encontro de mulheres do Brasil inteiro para discutir Beijin, elas dizem: “Bom, se tem cinquenta passagens, 25 são para negras, 25 para brancas.” E isso, na minha leitura, é um marco da inserção das mulheres negras no movimento feminista. Tanto que, quando a gente faz a conferência aqui no Rio, em junho de 1995, para ir para Beijin, 47% das mulheres são negras. Aí a gente toma... O feminismo negro entra, na verdade. Eu acho que é aí que se constitui a relação com o movimento feminista branco. Pronto. Aí eu saio, fico no Fórum de Mulheres e não me associo a mais nenhuma entidade. Eu fico autônoma.

V.A. – E também não volta a exercer função na Polícia Civil?

V.B. – Não. Não, eu coordeno minha equipe de perícia. Quando me licenciei da perícia porque vim para a Secretaria, éramos dez equipes e eu chefiava uma equipe. Dez homens. Eu e mais dez homens.

V.A. – E continua nessa função?

V.B. – Estou licenciada, mas continuo perita. Quando sair da Secretaria, eu volto para lá. Aí fiquei no Fórum e representava o Fórum na Articulação de Mulheres Brasileiras, a AMB. Fui da Executiva da AMB de 1996 a 2000, eu acho. Em maio de 2002, eu sou eleita presidenta do Conselho da Condição Feminina de Maceió. Tinha me esquecido disso. Mas só passo dois meses, porque eu venho para a Secretaria e tenho que deixar o cargo. Pronto. E estou na Secretaria até hoje.

A.P. – Eu queria falar de Durban. Mas aí eu lembrei da Marcha, em 1995.

V.B. – Eu não vim. Eu não vim para a Marcha. A gente estava preparada para receber Fernando Henrique na Serra, não dava para vir para a Marcha. A gente pedia a todo mundo que fosse para lá, porque era a forma... Eles foram para a Marcha, em Brasília, e a gente recebe o Fernando Henrique. Fernando Henrique não está na Marcha, não os recebe na Marcha. Porque ele vai para União dos Palmares. Ele não sobe a Serra. O presidente que subiu a Serra foi Luis Inácio Lula da Silva, em 2003. Em 2004 ele mandou a Russef. O Fernando Henrique vai para União, mas não sobe a Serra, em 1995. Eu não vim para a Marcha por isso, éramos poucos e a gente é que ia fazer o 20, não tinha como.

A.P. – E Durban, como é o processo?

V.B. – Em Durban... Dulce Pereira está na Fundação Palmares, eu trabalho com Aids, nessa época. E há uma discussão na CPLP para se fazer um projeto para a Onu de prevenção e acompanhamento das pessoas com Aids, na África Portuguesa. Porque a CPLP trabalha com a África Portuguesa. E eu vou para Portugal, por duas vezes, em

2000, com um companheiro da Unicef e o Alexandre Granjeiro, do Programa Nacional de DST-Aids. Temos reuniões interessante, importantes com todos os coordenadores de Sida, como eles chamam em Portugal. A gente faz o projeto e esse projeto passou na Onu. Edificado ele não foi, não é, mas ele passou. Eu tenho muito orgulho disso. A gente fez aquele projeto para fazer a prevenção, mas principalmente ter a cooperação técnica do Brasil – que é um dos melhores programas do mundo – para trazer profissionais para aprender aqui, a gente ir para lá... Inclusive com a liberação de remédios para alguns países. Aí, por conta dessa coisa, eu entro na história de Durban. A gente faz, inclusive, uma preparatória nacional em Alagoas, eu participo no Rio Grande do Sul e dou uma assessoria à Fundação Palmares para a discussão de Durban. E participo da Conferência de Durban, na África do Sul.

V.A. – Como você avaliaria o movimento negro hoje? Porque é diferente a década de 90 da década de 80, que é bastante cheia de encontros...

V.B. – Eu avalio assim: em 80 a gente assimilou as nossas questões e as questões desse país para poder... Por exemplo, a Associação Cultural Zumbi, quando começou, a gente não queria brancos. Mas a gente não queria brancos porque ainda não sabia o que queria. Então, não dava para trazer figuras que não sabiam de nada e que ia questionar o que a gente ainda não sabia. O Marcelino é discriminado e a gente começa a estudar a questão negra, começa a discutir... A gente precisava de um tempo para a gente. Eu era da polícia na época, já. E a ditadura continuava. A polícia ia muito lá na Associação, saber se eu era parte dela. Claro que todo mundo me esbrachava... [riso] Eu me escondia no banheiro e só ouvia as misérias que eles diziam de mim, quando perguntavam.

V.A. – Não entendi.

V.B. – Porque eu era da polícia e eu não podia participar da sociedade civil – a polícia achava isso, na década de 70. Nos anos 80 ainda tinha essa coisa. Meu irmão trabalhava no instituto de identificação e lá eu era comunista – na minha ficha tinha que eu era

comunista. Então, a polícia ia muito no movimento negro saber se eu fazia parte. E claro que todo mundo que não. “Não, ela é reacionária!” Me esbrachavam. Eu dizia: “Vocês aproveitam para meter o cacete em mim.” [riso] E eu ouvindo lá, escondida. Eles me escondiam, não podiam saber, senão eu ia ser punida. Eu ia pichar a parede de madrugada. Não podia pichar à luz do dia porque, se a polícia passasse iam dizer: “Como é que a policial está pichando o muro?”

V.A. – Vocês pichavam o quê?

V.B. – Era a gente pichava muito: “Zumbi”, “20 de novembro – dia da consciência negra”. A gente fazia muito. E os cartazes da Associação eram pregados em todo canto que dava.

A.P. – Tinha essa coisa de fazer barulho, de buscar audiência...?

V.B. – Sim, claro. Ato público na calçada, no comércio, panfletagem... E eu não podia participar. Havia um proteção, também, deles comigo para que eu não pudesse... Era muito duro.

V.A. – Então, a sua avaliação é que, nos anos 80...

V.B. – Era muito de assimilação. Os anos 80 eram de transformação. Ou a gente ia para a rua dizer o que a gente queria, como queria... E muita ação. A gente fez muita ação. Pelo menos na minha terra, no Nordeste. Não posso avaliar aqui. Mas era muita ação, muita coisa sendo feita. E a gente vai se qualificar mais, a gente vai estudar mais... Mas agora a gente tem um refluxo. E a gente tem um grande refluxo porque, na minha avaliação, nós estamos vivendo um momento político histórico no movimento, em que seus militantes estão nos postos de comando. Mas a gente não... O pecado, para mim, do movimento é não formar quadros. Então, há um refluxo porque está todo mundo no governo. E cadê o movimento social? Ele fica capenga. Não tem o controle social, não tem quem diga que

está errado. Até porque a gente tem mania, a gente acha que a comunidade, essa coisa da raça... Eu discuto muito isso. “Nós somos iguais, nós somos parecidos, nós somos semelhantes.” E a gente tem a mania de não falar do Amílcar porque o Amílcar é negro. Eu não concordo com isso desde que estou dentro.

A.P. – Estava falando que você é contrária a não falar do outro...

V.B. – É, porque não dá para que eu só queira que você diga que está tudo certo onde eu estou. Porque aí é ser muito bonzinho. Não é possível que eu seja perfeita, tem que ter alguma coisa errada. E eu estou envolvida com a Secretaria, então não vejo muitos erros que eu cometo. Eu parto do pressuposto de que só não erra quem não faz. É claro que eu vou errar, porque eu estou fazendo. Então, é preciso que alguém que está de fora chegue para dizer: “Está errado. Não é legal...” Não é? Eu tenho isso no movimento feminista. Eu tenho as pessoas que me assessoram nisso – até para dizer que a roupa não está legal. Porque é preciso dizer. Se você me considera uma liderança, se você me considera um espelho, se você me considera uma referência, e você acha que referência deve ter alguns pré-requisitos para estar, então você me diz, se eu não estiver dentro deles. Eu também vou discutir com você se eu achar que não. Mas a gente não pode viver sem ter uma pedra na vitrine. Não tem como! Que é que diz como está Brasília? Está havendo uma marcha 16, outra 22. É você não permitir que a sociedade civil se organize e faça o que queira. Sociedade civil é autônoma! Agora, não é porque tem um governo, com pessoas do movimento lá contribuindo, que eu não vou lá reivindicar, reclamar. O que é isso?! Não! Isso não é democracia. Ou então, tentar trabalhar que fique do jeito que eu quero. Não pode ser assim. A sociedade civil precisa, até, para dizer o que... A sociedade civil tem que avaliar, monitorar as políticas que a gente executa.

Primeiro refluxo, quando você leva uma leva imensa de pessoas que fazem a militância durante dez, quinze, vinte anos. Os que ficam são verdes, não têm a experiência e não foram formados. Isso é uma crítica que eu faço a mim também, porque eu sou militante. Em Maceió, por exemplo, eu não posso chamar essas pessoas para trabalhar comigo: ou elas estão muito bem – o que eu tenho para dar é pouco –, ou elas não tem qualificação

para assumir os cargos. Então, a gente tem que avaliar: nós não qualificamos como a África do Sul qualificou. Eu cheguei no aeroporto da África do Sul e todo mundo da alfândega era negro. Agora, não era só o policial, a policial... O chefe que era negro. Eu fui para um hotel de seis estrelas, o gerente era negro, os chefes de departamento eram negros. Eu passei três dias: “Não tem branco, não, nesse hotel?” Eles estavam na cozinha. E, quando a gente vê isso, não é que botaram os brancos na cozinha. Não, os negros se qualificaram para tomar o poder um dia. Porque eles acreditavam que um dia Mandela sairia da prisão e, um dia, o apartheid acabava e que eles poderiam... Mandela foi preso 27 anos, o apartheid existia e ele foi presidente do país. A gente pensa isso. A gente não tem essa coisa. Porque tudo aqui é muito light, não é? Até estupro é light. Então, a gente fica nessa história: “Não existe muito essa história de racismo. Racismo institucional? Isso não existe. Então, o Amílcar me gosta, a Verena me trata bem...” E essa coisa faz parte da cultura.

V.A. – Você está dizendo que estupro é light do ponto de vista das pessoas que acham isso.

V.B. – Não. Um juiz disse, no Rio Grande do Sul, que era light.

V.A. – Então, é bom que fique claro que não é você que acha.

V.B. – Não. Claro. Aqui, tudo é muito light, as pessoas naturalizam tudo. Todas as violências são naturalizadas. E talvez, por conta desse falso ir e vir – que não existe na verdade, o princípio do direito de ir e vir sem problema. E que a gente pode dizer: na África do Sul, tinha uma coisa que dizia que você não podia entrar. E você: “Não, mas eu entro na Getúlio Vargas sem problema. Eu não sei é se eu faço um curso aqui. Mas só de entrar está bom.” As pessoas acham isso. Então, não se qualifica. Porque pode ser que não seja nunca. Ninguém nunca pensou que a Vanda podia ser secretária da Mulher, que o Zezito de Minorias, que a Matilde, Ministra... E não se qualifica. Aí tem que levar qualquer pessoa ou estar com quem sempre foi inimigo. Porque, quem sabe, em Brasília

tem racismo institucional. As pessoas que sabem do trâmite, em Brasília, são as mesmas da ditadura, foram criadas na ditadura. E a gente não tem contraponto. Porque nós não nos qualificamos. O Zezito, quando entrou na Secretaria, não tinha quem colocar para assumir os cargos. Isso é muito grave. Porque, é claro que eu quero... Eu resolvi fazer da Secretaria uma escola. Mas porque era começo... Hoje, eu não posso fazer mais isso. A Secretaria tem credibilidade, as pessoas esperam ação da Secretaria. Eu tive o tempo e a tolerância... E eu queria isso. Então, eu peguei uma menina de 26 anos, que nunca soube o que era gênero, que nunca foi funcionária pública, e ela é minha chefe de gabinete. E eu sei que ninguém daria esse cargo para ela. Se você for na minha Secretaria, a chefe de gabinete é negra, a diretora executiva é negra, o motorista é negro, o outro também, o chefe de divisão é negro... Acho que tem 70, 80% de negros. E se eu não der a oportunidade, quem vai dar? Se eu não tiver a paciência de ensinar, quem vai ensinar a um homem de 55 anos? Que ele tem que trabalhar com arquivo, que ele tem que saber o que é almoxarifado, dar entrada e saída. Mas eu também ensinei a Kadjaa a despachar, a saber a diferença de um memorando para um ofício. Porque ela fez Serviço Social, não tem nenhum traquejo com o serviço público. Então, ou você tem essa paciência – que muitas vezes não dá para ter porque o tempo não permite, as demandas são grandes e muitas – ou a gente vai ter que capacitar essa meninada. Não tem como! A academia tem que descer a grotta e subir o morro. Vocês são responsáveis por isso. Não dá para vocês escreverem, escreverem, escreveram e não saber se lá fora rola mesmo isso. Eu sempre digo: eu faço, vocês escrevem. Agora, me pergunte para escrever. É o mínimo. Agora, é preciso mais que isso, hoje: é preciso que vocês saiam, que vocês vão para a rua e que vocês contribuam. Ontem, eu dando a palestra, o rapaz perguntava: “Como é que a gente vai politizar?” Porque existe uma massa negra, que não é do movimento, que não se identifica comigo. Que não quer nem ser negro. E como eu vou ter discurso para essa massa? Eu tenho que ter. É o grande desafio. Aí eu respondi para ele: “A gente só vai virar a mesa, quando essa classe intelectual média, de que a gente faz parte, perceber que não dá mais para ficar discutindo entre nós. A gente tem que discutir com quem recebe uma cesta básica no dia 2 de outubro, para votar no dia 3. E isso tem que ser cotidiano. A gente fica angustiada: ‘Meu Deus, quem vai ganhar? Quem vai ganhar?’ – estava dando o

exemplo das eleições. A gente tem uma massa que não é politizada, mas nós somos. E fazemos o que para politizar essa massa? Escreve na Internet?” 2% da população negra tem acesso. É brincadeira isso. E quem não tem? Não sei como. Mas é como você perguntou: a gente não tinha e-mail, não tinha telefone celular e a gente se encontrava todos os anos. Mais de duzentos negros e negras. Era possível. E por que não é hoje? A comunicação tem que ser por esse negócio desse e-mail? Que é fantástico, mas a maioria da população não tem acesso. Ou a gente briga para as escolas terem e abrir... Como em Belo Horizonte, a gente tem uma escola, dentro de uma favela – a mais verticalizada da América Latina – que tem Internet e disponibilizada para a população. Sábado, domingo e feriado também. Ou a gente faz isso ou os meninos da Rocinha vão continuar com a AR-15 na mão. E eles não querem isso, eles querem entrar pelas cotas e saírem e serem mestres e doutores e doutoras. Tem que dar a oportunidade. A gente é responsável por isso. Eu estou fazendo a minha parte: tem 17 comigo que eu estou qualificando, que vão sair prontos e prontas para o mercado de trabalho. E com uma qualificação específica, que muitos não têm: gênero, raça e etnia. A maioria não tem. Eu, com outras companheiras – principalmente companheiras – que estão comigo trabalhando isso: capacitando de graça, discutindo, criticando, reclamando... Mas a gente tem uma Jaqueline, que foi primeiro emprego, com 19 anos de idade entrou na Secretaria, que hoje dá show.

V.A. – Como é o sobrenome dela?

V.B. – É muito estranho o sobrenome dela, mas eu vou lembrar. Ela dá show. Ela faz de tudo. Ela já me representa, ela já dá palestra... Chegou, não sabia o que era gênero. Para ela, gênero era gênero alimentício. [riso] Quando mais o que definir o que era pardo de negro. Entendeu? Ela disse agora: “Não quero férias. Quero sair de tarde porque eu vou estudar, porque eu vou entrar no CFO.” Que é o vestibular para oficiais da Polícia Militar.

V.A. – A Jaqueline?

V.B. – A Jaqueline. Tem 21 anos. Uma gracinha. [incompreensível] Patricinha. Mas que incorporou de uma forma, que tudo que vê, ela tem um senso crítico. Ela disse: “Secretária, a senhora não acha que a gente não devia, no 25 de novembro, fazer um seminário? Que o dinheiro que a gente gasta para trazer alguém a gente podia fazer uma publicação? Que a Secretaria precisa produzir?” Eu disse: “Que bom, Jaqueline. Acho dez. Tu vai fazer essa publicação com a gente?” “Bom, eu vou procurar os dados e a senhora faz. Mas os dados eu lhe dou.” E ela está cuidando da questão da violência dentro da Secretaria, indo para todos os órgãos, vendo todos os dados... Pesquisando, que ela não sabia nem o que era isso.

V.A. – Agora, com relação a essa formação, a gente tem visto, na nossa pesquisa, que as pessoas se formaram para assumir os postos, agora.

V.B. – Sim, mas não com a intenção, não é? Isso que eu digo. Se formaram.

V.A. – Houve uma formação de quadros, que hoje em dia você tem muita gente do movimento ocupando quadros dos governos estaduais, municipais e federal.

V.B. – Isso. Não tenha dúvida. Houve formação de quadros na militância. O que eu digo é que não houve intenção de ocupar esse cargo. A gente se formou. E se formou... A maioria não tem isso como profissionalismo. A gente era militante, tinha nosso emprego, ia para a faculdade – muitos não foram. Se qualificavam em coisas da vida particular e tinha o viés da militância, claro. Por isso você vê tanta gente hoje nos postos... Mas o que eu digo é: esses se formaram, mas são muito poucos os que se formaram para a gama que nós temos. E eu digo isso da Associação. A gente conta nos dedos quem está bem no serviço público ou no privado e quem não se qualificou e que a gente não pode trazer. Que a gente gostaria, porque sabe, é militante, entende da coisa... Mas o cargo não permite que você não tenha nível superior ou não permite que você não tenha terminado o segundo grau. Isso esbarra. Tem qualificação? Tem. Não tem a formal.

A.P. – Eu estou pensando aqui nessa formação de quadros e a uma outra crítica que você já tinha feito a um certo partidarismo, no Enen... Enfim, pensando essa relação da formação e da política partidária. Como é que você vê a Seppir, hoje? Como você analisa a Seppir e a atuação da Seppir? Há uma formação? A Seppir tem agido de forma a formar quadros?

V.B. – Para te dizer a verdade, eu acompanho muito pouco a Seppir. Eu sei que tem lá muito bons quadros, mas eu não posso avaliar se ela está cumprindo como deveria, principalmente o processo de capacitação do povo negro. Eu não sei te dizer isso. Eu posso avaliar a Secretaria da Mulher. Pela relação mais próxima. Como sou uma pessoa que sempre gosto de muito, acho que poderia fazer mais. Eu estou nesse espaço – como a Matilde está, com muito mais poder que eu – e é preciso prestar mais atenção, porque a gente, muitas vezes, não pode deixar na mão, por mais que confie. A gente tem que cuidar. Eu não sei se estou me fazendo entender. Mas, como a coisa é nova e a gente nunca mexeu com isso, a gente nunca teve poder aqui nesse país, a gente tem que estar vigilante, sempre. Para não cometer erros, até pequenos, mas que fazem uma diferença imensa. Por exemplo, eu não acho... Eu nunca vou deixar uma entidade sem resposta. Eu não posso fazer isso, ou eu não devo fazer isso. Porque eu compreendo o que significa não dar resposta, porque eu já estive nesse lugar. Aliás, eu sou desse lugar. Eu me afastei para estar nesse outro, mas eu vou voltar para esse. Eu sou militante, vou ser sempre. Então, coisas pequenas que a gente deixa de... Porque não dá para você mandar um projeto e ele não ser dito se recebeu. “Recebi, não dá, não tem dinheiro, não pode agora, não faz parte da rubrica...” Qualquer coisa. Não é dá e para não responder. Então, eu sei que acontece e a Matilde nem sabe. Porque é muita coisa. Se é muito para mim, que é uma Secretaria de um lugar pequeno, imagine um lugar onde você cuida de metade da população brasileira – fora os indígenas – só de negros tem 47%. Então, é uma coisa muito difícil de se fazer, muito árdua, mas ora, a gente assumiu que vai fazer. Pode ser mínimo. E tem alguns programas bons que estão sendo tocados. Agora, também é muito pouco tempo, eu acho, para gente avaliar. Não dá para exigir tanto. A gente tem muita

mania de criticar, criticar, criticar e não perceber que é muito difícil estar no lugar que ela está. Muito difícil. Eu só acho que a gente não pode esquecer que a gente nasceu para ter jogo de cintura. Só isso. Eu tento não ter solidão nesse lugar. Se não me procuram, eu procuro. Tem que ter essa dimensão. Porque o poder é muito solitário. E, eu imagino, quanto mais sobe, mais solitário fica. Mas você pode se cercar de bons companheiros e companheiras e aliados até para – não os que trabalham, outros. As pessoas que seguram a minha vida não são só esses que trabalham – principalmente as que não trabalham, mas estão de longe, olhando. E até aqui tem Schuma, tem Vânia, tem em Brasília... Tem nos quatro cantos do país quem olha e diz: “Não está bom, não está legal.” Eu consulto, eu mando por e-mail para ver se está bom. Porque eu tenho que dar certo, não tem essa história de dar errado. E, para dar certo, eu preciso que todo mundo que me trouxe até aqui contribua. Então, tenho isso muito tranquilo. E tem pessoas que não. Eu não tenho medo de dizer que eu não sei, que eu estou enrolada, que eu não consigo terminar... Eu acho que você tem que se prover de tudo isso. De, tranquilamente, alguém te dizer: “Não está boa essa roupa, não dá para você dar entrevista com essa roupa. Porque não é legal no vídeo essa cor.” E a gente troca, qual é o problema? Eu não tenho esse problema. Mas tem que tenha. Agora, eu não abro mão de dizer o que eu acho. A Matilde é minha companheira. Eu me sinto ministra, porque ela é ministra. Eu tenho a minha auto-estima bem resolvida. Eu já descobri que quem quer puxar o meu tapete e o dela, é porque... Se eu não me acho capaz, o meu espelho também não é. Como eu sei que sou capaz, eu sei que ela é. E eu me sinto ministra. E nas minhas orações, com certeza ela está. Para que ela tenha discernimento, sabedoria, que faça bonito para que outra pessoa possa substituir com tranquilidade quando ela sair. Como faço comigo. Agora, também quando eu acho errado, quando eu não gosto, eu digo. Nem sei se ela gosta, mas eu digo. Eu digo a Nilceia, que não é minha amiga de militância – eu conheci a Nilceia quando ela foi ministra. Mas eu digo o que eu acho, porque acho que contribuo quando eu digo. Eu tenho uma relação muito boa com a Matilde e com muitas pessoas que são companheiros e companheiras da militância. A Seppir é uma casa, uma continuação. Quando entro, eu estou em casa. Porque são pessoas que são muito caras para a minha vida.

V.A. – Agora, com relação às cotas, que você falou. Como é a sua opinião?

V.B. – Eu sou a favor das cotas. Eu acho que, além de tudo, as cotas fazem com que essa massa que não faz parte desse grupo nosso de movimento, de militância... goste de ser negro[?], não é não? As cotas trazem essa possibilidade de todo mundo dizer que é negão. Até quem não assumia. E que ela é uma ação que deve ser transitória e tudo mais, mas que, sem dúvida, uma das ações afirmativas que acho que está dando certo. É preciso que a permanência seja mais eficaz por parte do poder público. Eu acho que é perfeito as cotas. Não dá é para você bancar 98% de brancos lá. Porque teve 2%. Não dá. Para mim, não tinha que ser 20% – as cotas da Ufal são 20% – tinha que ser 47. Não tinha que ser 20. Acho que somos o único estado no país que tem recorte de gênero, nas cotas. 60% é de meninas negras.

V.A. – Dos 20%, 60 é para meninas.

V.B. – É. Na Ufal é assim. E estamos com 50 bolsas, um projeto chamado Afro-Atitude de que nós somos parceiros, enquanto Secretaria. Agora vai ter até o seminário para tratar da questão negra, religiosa com os alunos das cotas. Aids, prevenção a DSTs. Acho que é um dos caminhos são as cotas. A gente, se olhar os Estados Unidos, vê muitos bons filhos das cotas.

A.P. – E também o outro lado, não é?

V.B. – Sim, mas eu não to falando de quem é bom, quem é ruim. Estou falando de quem chega.

A.P. – Estou pensando aqui justamente... Você está dizendo que...

V.B. – A Condoleezza? [riso] A Condoleezza é um horror!

A.P. – Você está dizendo que há um trabalho específico de discussão sobre religião, sobre ser afro, com esses alunos. O que a gente está ouvindo muito nas entrevistas que há um medo, uma crítica de que a cota vá formar Condoleezzas e Colin Powells. No sentido de pessoas que não têm nenhum compromisso com essa militância ou com o próprio ser negro, ocupam aquele espaço e fazem uma trajetória individual

V.B. – Sei. É. Sem relação nenhuma.

A.P. – Lá na Ufal, vocês têm essa preocupação, enquanto Secretaria, de fazer um trabalho específico...

V.B. – É, o Neab está fazendo isso. O projeto chama-se Afro-Atitude, é uma parceria da Secretaria da Mulher, de Minorias e outras parcerias. A universidade está do lado, junto, com o Neab fazendo isso. Eu vou ter até uma estagiária lá na Secretaria, do Afro-Atitude. E essas bolsas e um convênio com os ministérios da Educação e da Saúde estão trazendo essa possibilidade de formação. Vai até culinária negra.

A.P. – Esse convênio com o Ministério da Saúde tem a ver com DST-Aids?

V.B. – É. E com Ações Afirmativas do Mec, Eliane Cavaleiro[?] e o Ricardo. Porque eu acho que um dos pontos da permanência é capacitar esses meninos e meninas para isso. Lá na Ufal já tem um trabalho – não sei o nome agora – de pesquisas na área negra. Eles vão fazer pesquisas, com orientação e tudo mais. O Moisés está fazendo um trabalho muito bom no Neab, com isso.

A.P. – Lá tem cotas desde quando?

V.B. – Esse ano que passou. Foi o primeiro. A gente fez discussões em 2003, passou em 2004, e agora...

A.P. – Já abriu uma turma.

V.B. – Já.

A.P. – A gente tem o costume de pedir para que o entrevistado faça um balanço geral da atuação do movimento negro, dessas mudanças que você, de certa forma, já vem comentando. Você poderia fazer um... Sobre essa trajetória do movimento – você participa desde 1979 até hoje. Como é que você faria um balanço dessa trajetória?

V.B. – Eu acho que é um movimento forte, que diz para o que vem – já chega dizendo o que quer. Ele tem muitas conquistas.. As políticas públicas, só para dar um exemplo, que hoje se vê são resultado das pressões e do que o movimento social negro disse. Eu nem sei se é o correto que o Estado faça isso. A cota... Tudo são coisas que vêm do acúmulo desse movimento. Como a gente tem no movimento de mulheres, feminista, também ganhos que é o movimento quem diz. É esse grupo que estuda, esse grupo que milita que traz para a instituição pública essas políticas públicas. Eu nem sei se são políticas públicas, estão se edificando, talvez. O Paism é de 1981 e a gente não pode dizer que existe, nas secretarias de estado e de município, o Paism de fato.

V.A. – O que é Paism?

V.B. – Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher. A gente não tem isso palpável, concreto. Tenta-se, a gente monitora e tal, mas... Não existe um programa de planejamento familiar nesse país. E, quando existe, é para mulher, homem não entra. Então, está se edificando. E o que tem sedimentado é oriundo dessa luta. E foi conquistado a duras penas. A gente nunca... A gente sempre quis que Zumbi fosse reconhecido como herói nacional, mas era um utopia isso. Mas a luta foi tão grande que o ano passado o governador Ronaldo Lessa chama as Forças Armadas e diz: “Só existem cinco heróis nacionais e nós temos três que são alagoanos. Um deles é Zumbi dos Palmares. Então eu quero que vocês façam salva de tiro e desfilem para Zumbi, no dia

20.” E foi assim que aconteceu. Dia 19, nós perdemos um colega de Secretaria, que estava na *Tribuna de Alagoas*. Infarto fulminante. Era muito amigo do governador, o governador não pode ir para a Serra. E quem faz revista às tropas: Zezito de Araújo. Foi emocionante! Você ver Zezito vestido com uma bata africana e o Exército brasileiro batendo continência para ele. Aí você fica assim pensando: a gente subia a Serra e levava tiro; e hoje ele é o governador do estado. A gente só chorava. Estavam muitos que, na época, estavam com a gente: Carlão, Abigail, Conceição Leal... Foi emocionante aquilo. Pensei assim: “O homem morreu para ele não vir... Será?”

V.B. – [incompreensível] Perfeito. Isso é luta, isso é conquista. E não vai ter mais um 20 que não tenha salva de tiros. Como se tem para Duque de Caxias, Floriano Peixoto e tal.

V.A. – Esses são os três alagoanos?

V.B. – Não. O proclamador da República, Marechal Deodoro, Floriano e Zumbi. Tiradentes e Duque de Caxias.

A.P. – São os cinco heróis nacionais.

V.A. – Deodoro e Floriano são heróis nacionais? Nem sabia disso.

V.B. – Um proclamou a República, o outro consolidou. Foram dois presidentes, dois alagoanos. E Zumbi, antes deles. Mas foram 309 para ter salva de tiros. Foram trezentos para se dizer que ele era herói nacional. E aí a gente pode dizer: “Será que uma sociedade precisa de heróis...?” Há quem diga: “Triste da sociedade que precisa de heróis.” Mas não é porque é herói negro, é porque foi herói. Só por isso. Eu não digo: “Ah, porque é herói negro, a gente tem que se espelhar.” Nada disso. É porque ele foi herói, tanto quanto Duque de Caxias e tinha que ser reconhecido. Então, eu acho que tem frutos. Talvez poucos frutos para o que nós queremos, mas muito para a História. Esse tempo, para a História não é nada – 25 anos, 30 anos. Para a História não existe. Então, são muitos

frutos se pensarmos na História. Muito poucos se pensarmos nos quatrocentos e tantos anos que a gente luta. Muito pouco. Mas acho que valeu a pena e que vale a pena continuar a luta. E fazendo mais militantes, mais pessoas conscientes. E, principalmente, trazendo os aliados que lutam, que estão na luta anti-racista, e que são brancos. E que a gente aprenda a não trazê-lo dizendo que ele tem culpa ou que eles assumiram a culpa e por isso estão conosco. Que a gente construa e deixe que eles tenham essa opção. E que a gente construa isso tendo eles como aliados e tratando da solidariedade entre nós. Para que a gente possa fazer um Brasil justo. Não é mais justo. É justo. Porque ele não é justo. Então, acho que o grande desafio é trabalhar como a gente vai trabalhar essa massa que não é militante: que discurso teremos, que ações teremos. E principalmente, como nós vamos continuar trazendo os aliados não-negros que têm uma luta anti-racista muito bonita. Que a gente não trate eles como culpados. Que a gente traga, porque aí a gente vai ter a diversidade e o pensamento de solidariedade para que a gente construa uma sociedade nova.

V.A. – Está ótimo. Obrigada.

[FINAL DO DEPOIMENTO]